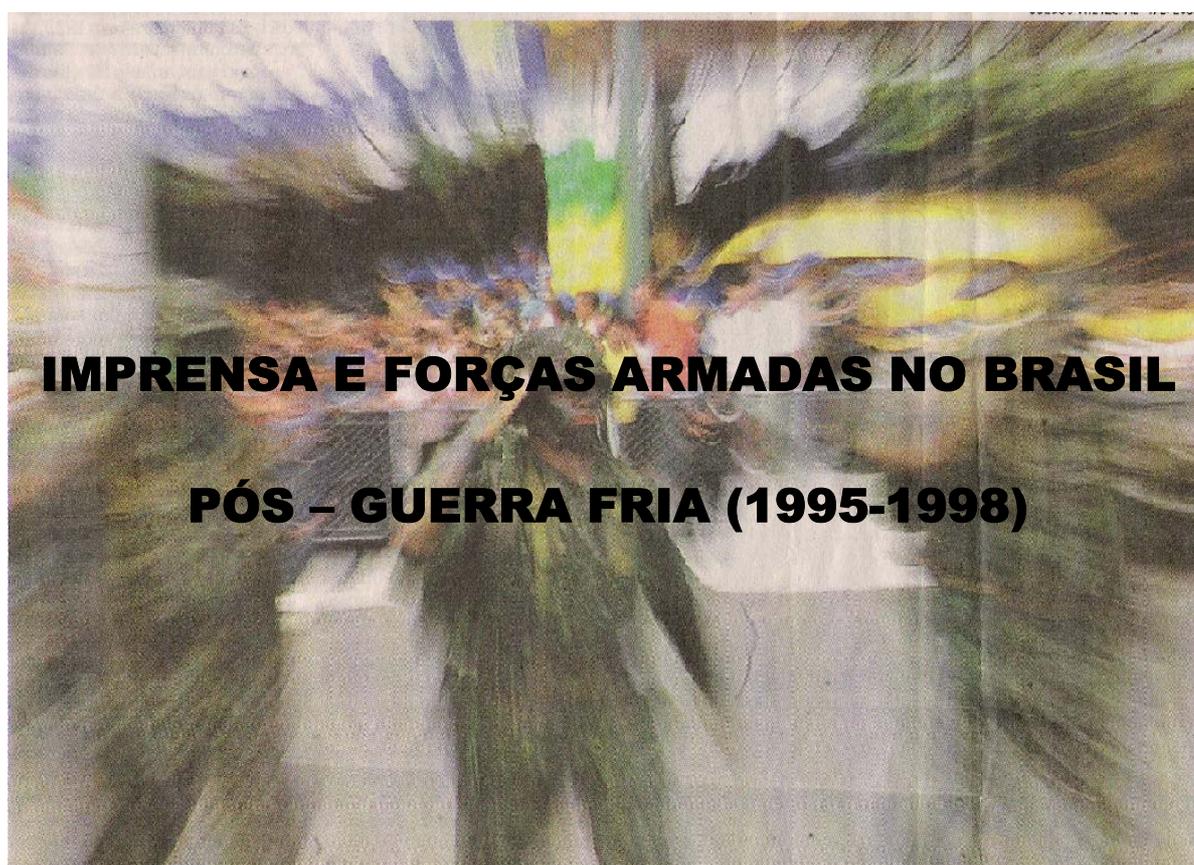


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



IMPRENSA E FORÇAS ARMADAS NO BRASIL
PÓS - GUERRA FRIA (1995-1998)

Lauriani Porto Albertini

São Carlos
2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IMPrensa E FORÇAS ARMADAS NO BRASIL
PÓS – GUERRA FRIA (1995-1998)

Lauriani Porto Albertini
Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.
Área de concentração: relações sociais, poder e cultura.



São Carlos
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A334if

Albertini, Lauriani Porto.

Imprensa e forças armadas no Brasil pós-guerra fria
(1995-1998) / Lauriani Porto Albertini. -- São Carlos :
UFSCar, 2006.

129 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2006.

1. Forças armadas. 2. Imprensa brasileira. 3.
Neoliberalismo. I. Título.

CDD: 358.4 (20^a)

Orientador
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho

*Dedico essa dissertação ao meu sobrinho e
afilhado Rafael Nogueira, que trouxe alegria
e união.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de explicitar meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram no processo de elaboração desta dissertação.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudo e fomento à criação intelectual.

Ao Departamento de Ciências Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e todo seu corpo docente agradeço pela valiosa formação. Em especial a professora Maria da Glória Bonelli, presente à banca de qualificação, que realizou uma leitura criteriosa e deu valiosas contribuições.

Ao Arquivo Ana Lagôa, pela disponibilidade de material de pesquisa, e a Ana Virgínia pela expressiva colaboração, apoio e boa vontade.

À Derci e Ana Maria, secretárias do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação respectivamente, pela ajuda e suporte oferecidos.

Às minhas queridas amigas que, de diferentes formas, colaboraram com o desenvolvimento desta dissertação: Ana Virginia, Ana Elisa e Monia.

Especialmente agradeço ao meu orientador professor João Roberto Martins Filho, pela dedicada orientação, compreensão, confiança, respeito e conduta ética e profissional exemplo a ser seguido.

Finalmente, gostaria de agradecer ao meu namorado Piero pela inestimável ajuda e companheirismo. A toda minha família, em especial meus pais Luiz Claudio e Neusa Maria pelo apoio, carinho e amor sem igual. E acima de tudo a Deus.

RESUMO

Com o fim do regime militar, o colapso do mundo soviético e o advento da ideologia neoliberal as relações da mídia com os militares - que durante o período de crise do Estado autoritário já eram conflituosas – se expressaram de forma complexa e difusa. De modo sucinto é possível dizer que existem duas visões acerca da questão militar: uma *visão liberal* (cuja ênfase recai na economia) e uma *visão Realista ou Conservadora* (cuja ênfase recai na Segurança Nacional) e que essas visões influenciam e determinam o tipo de relação que certos órgãos da imprensa mantiveram com as Forças Armadas no Brasil durante os anos de 1995-1998. A pesquisa concentra-se na análise sistemática de editoriais e reportagens do seguintes periódicos: *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*. É possível colocar que a *Folha de S. Paulo*, influenciada pela visão liberal, mostra-se basicamente crítica, para não dizer hostil, quando trata desses tópicos extrapolando para a sociedade uma série de sentimentos contrários à corporação militar. Enquanto que *O Estado de S. Paulo* (influenciado pela visão conservadora) mostra-se determinado na defesa da necessidade de se manter Forças Armadas modernas para a defesa nacional.

Palavras – chave: Forças Armadas; Imprensa, Neoliberalismo.

ABSTRACT

With the end of the Military Regime, the fall of the Soviet Union and the rise of the neoliberalism, the relationship between media and the military – by the way, already tense in the authoritarian Brazil – was expressed in a diffused and confused way. Somehow, we can say that there are two points of view on the military problem: one, a Liberal, economic emphasized; other, a Realistic or Conservative, with emphasis in the national security). Nevertheless, both visions have influenced and may determine the kind of relationship that some parts of the press had with the Armed Forces in Brazil, in the years of 1995 to 1998. The research focus on the systematic analysis of *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* articles and editorials. In that way, we suggest that *Folha*, influenced by the liberal view, represents itself more critic to the military, showing to the society a series of hostile reflections upon the military corporation. At the same time, *O Estado de S. Paulo* (influenced by a conservative point of view) presents itself on the support of keeping a modern Armed Forces to national defense.

Keywords: Armed Forces - Press - Neoliberalism.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
NOTA METODOLÓGICA: PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	10
CAPÍTULO I – IMPRENSA E FORÇAS ARMADAS: UMA RELAÇÃO COMPLEXA	15
IMPRENSA E REGIME MILITAR	15
UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA MILITAR DA IMPRENSA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	23
CAPÍTULO II - REALISMO CONSERVADOR <i>VERSUS</i> LIBERALISMO POLÍTICO: VISÕES DIFERENTES SOBRE A QUESTÃO MILITAR	31
REALISMO CONSERVADOR E GUERRA.....	31
<i>Guerra e Política</i>	41
O LIBERALISMO POLÍTICO E A ÉTICA MILITAR	50
O NEOLIBERALISMO.....	64
CAPÍTULO III – A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS FORÇAS ARMADAS : <i>O ESTADO DE S. PAULO E FOLHA DE S. PAULO</i>	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
ANEXO 1	113
ANEXO 2	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

O estudo do relacionamento da imprensa com as Forças Armadas (FFAA) é uma área de interesse nas Ciências Sociais brasileira, possuindo um significativo volume de publicações. Entretanto, se pensarmos especificamente no período ditatorial - quando as relações entre o regime militar e boa parcela da imprensa foram bastante tensas e conflituosas - percebemos que apenas alguns dos grandes jornais, além de periódicos da imprensa alternativa, foram alvo de trabalhos acadêmicos sendo que, a maioria deles refere-se quase que exclusivamente a temas ligados à censura.

Diferentemente, essa pesquisa objetiva identificar as principais características da cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo* frente a temas ligados às Forças Armadas no regime democrático, buscando, assim, revelar o tipo de tratamento reservado por estes órgãos aos militares. Num plano mais geral esse trabalho procura também lançar um olhar a respeito da perspectiva militar sobre a imprensa no Brasil contemporâneo.

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* foram selecionados por se constituírem nos maiores e mais importantes veículos jornalísticos do estado. Além disso, esses jornais figuram como formadores de opinião nacional. As características da cobertura desses jornais são identificadas a partir de uma análise sistemática das reportagens (tanto noticiosas quanto interpretativas), publicadas nesses meios no período de 1995 a 1998. Esse recorte temporal explica-se pelo fato de que a partir dos anos 90 - e em

especial no período que abrange o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso - o ideário liberal ganhou força no Brasil acarretando mudanças vertiginosas no país, tanto no setor político quanto no econômico, que afetaram profundamente o relacionamento da imprensa com os militares.

De princípio, podemos apontar que a cobertura dada aos militares pela grande imprensa brasileira não é uniforme. Alguns órgãos de comunicação tratam os assuntos de segurança e defesa de forma sóbria e conservadora - defendendo a importância das Forças Armadas como fator de ordem e afirmação da nacionalidade, prestando-se às vezes a servir de conduto de expressão de reivindicações da corporação militar, principalmente na questão da necessidade de verbas para a sua modernização. Outros parecem assumir a postura de que o mundo liberal globalizado tornou quase dispensável Forças Armadas em países como o Brasil. A partir disso, surge a hipótese central deste trabalho que defende que existem duas visões acerca da questão militar: uma *visão liberal* (cuja ênfase recai na economia) e uma *visão Realista* ou *Conservadora* (cuja ênfase recai na Segurança Nacional) e que essas visões influenciam e determinam o tipo de tratamento que os periódicos aqui analisados vão dar à temática das Forças Armadas no Brasil no período de 1995-1998.

A partir dessas premissas, a pesquisa orientou-se pelas seguintes questões: como cada órgão de imprensa pesquisado se situa dentro das correntes liberal e conservadora? De que maneira essas visões de mundo determinam as relações dos periódicos com as FFAA no período no regime democrático? As posições dos periódicos com relação aos militares seguiram

um *continuum* desde o regime militar ou modificaram-se com o fim da Guerra Fria?

Logo, duas proposições revelaram-se importantes para a pesquisa: por um lado, a ascensão da visão liberal nos anos 90 no Brasil influencia fortemente o tipo de tratamento que a *Folha de S. Paulo*, por exemplo, confere aos militares; por outro lado o jornal *O Estado de S. Paulo* manteve uma visão política mais conservadora e mostra-se mais sensível às necessidades das Forças Armadas.

Nota Metodológica: procedimentos de pesquisa

A análise da cobertura dos meios de comunicação sobre temas relacionados às Forças Armadas utilizada nessa pesquisa apoia-se metodologicamente em uma *análise de conteúdo* das notícias. A análise de conteúdo é utilizada enquanto ferramenta de pesquisa por se constituir em um conjunto diversificado de instrumentos metodológicos com vistas a proporcionar contornos precisos ao caráter subjetivo da análise dos discursos, oferecendo qualidade de discutibilidade ao pesquisador e "aumento da produtividade" do estudo de um certo texto. Esse tipo de análise abarca todas as iniciativas de explicitação e sistematização das abordagens do conteúdo das

mensagens e da sua representação sob a forma de índices passíveis ou não de qualificação.¹

Bardin divide a análise de conteúdo em três etapas (que foram consideradas no desenvolvimento da presente pesquisa): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações. Em um momento inicial o pesquisador, munido de uma “preocupação de pesquisa” e tendo em vista determinado(s) instrumento(s) de comunicação, faz uma *leitura flutuante* do material que possui com o objetivo de 1) clarificar uma ou mais temáticas envolvidas no trabalho, 2) formular objetivos e hipóteses de pesquisa e 3) escolher os documentos que irão compor o *corpus* da pesquisa. Posteriormente à leitura flutuante, procede-se à *exploração do material* por administração de técnicas específicas sobre o *corpus* da pesquisa. Isto conduz ao *tratamento dos resultados e interpretações*, mediante o tratamento estatístico dos dados utilizados na atribuição de inferências e explicações analíticas.

A avaliação da cobertura jornalística considerada aqui fundamenta-se no método de análise de conteúdo definido por Bardin como

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.²

¹ BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

² BARDIN, op. cit., p. 42.

Segundo Bardin fazem parte do domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que consistam na sistematização e explicação do conteúdo das mensagens e da demonstração desse conteúdo através de índices passíveis ou não de quantificação. Além disso, o método da análise de conteúdo comporta diferentes técnicas de pesquisa em função dos objetivos do pesquisador³.

O *corpus* principal da pesquisa foi composto a partir da leitura flutuante e exploração do material pertinente ao tema encontrado no Arquivo de Política Militar Ana Lagoa sediado na UFSCar, bem como Internet⁴ e CDs dos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Há um conjunto expressivo de textos nos quais a pesquisa vai se embasar - através da análise sistemática dos recortes – com o intuito de indicar as influências das visões realista/conservadora e liberal nos órgãos examinados e revelar o tipo de tratamento que a cobertura destes reservou aos militares nos anos de 1995-98.

A organização do material da análise deu-se por meio de formulação de um quadro de análise de dados, composto por recortes divididos por estilo textual⁵ e por temas⁶ identificados nas notícias sobre a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, acerca de questões relativas às FFAA.

Como o foco da análise recaiu na postura da imprensa diante das FFAA e, mais especificamente, na visão dos periódicos sobre a questão

³ Para uma explicação mais abrangente sobre as várias técnicas de pesquisa que este método engloba ver Bardin (1979).

⁴ A pesquisa na Internet foi realizada nos sites oficiais dos órgãos de imprensa.

⁵ *Noticioso*: reportagens e *Interpretativo*: editoriais, artigos assinados, colunas e cadernos especiais.

militar, a investigação seguiu os seguintes procedimentos: 1) Pesquisa bibliográfica em livros e artigos relevantes sobre o pensamento clássico Liberal e Conservador; 2) Pesquisa bibliográfica sobre as relações da imprensa com as Forças Armadas, mais especificamente no período posterior à Guerra Fria. Incluem-se aí as narrativas gerais sobre cada periódico, artigos acadêmicos e em periódicos militares, trabalhos jornalísticos, além de teses e dissertações; 3) Seleção inicial de reportagens mais significativas buscando identificar a postura e visão de cada órgão, bem como suas raízes ideológicas (*leitura flutuante*); 4) Análise das matérias em busca do número, extensão e teor dos conteúdos dos textos que expressem o comportamento da mídia em relação aos militares no novo sistema global, incluindo na análise fotografias, manchetes e títulos (*exploração do material*).

A análise sobre a cobertura jornalística do tratamento da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* reservada às Forças Armadas recaiu sobre o total de 997 recortes de jornal distribuídos entre os anos de 1995-1998. A tabela abaixo permite visualizar a distribuição dos recortes por jornal e período:

⁶ Os recortes selecionados pela análise foram divididos em nove temas, de acordo com seu conteúdo: Função das FFAA, Pós Guerra Fria, Amazônia, Serviço de Informação, Ordem Interna, Política de Defesa, Armamentos, Política Militar e Opinião militar.

Tabela 1. Distribuição de recortes relativos às FFAA por período. Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 1995 a 1998. Frequência e (%).

PERÍODO	JORNAIS	
	OESP	FSP
1995	84 (17%)	88 (17%)
1996	95 (19%)	107 (21%)
1997	125 (25%)	107 (21%)
1998	187 (38%)	145 (28%)
TOTAL	491 (100%)	506 (100%)

Dessa forma, através da análise sistemática do conteúdo dos recortes dos jornais, foi possível estabelecer um estudo comparativo do tratamento que tanto a *Folha de S. Paulo* como *O Estado de S. Paulo* reservaram às FFAA durante os anos de 1995-98 identificando semelhanças e diferenças e, com isso, foi possível verificar o alcance da hipótese de pesquisa.

O trabalho final foi redigido em quatro capítulos. O primeiro enfoca a complexa relação da mídia com as Forças Armadas no Brasil contemporâneo e situa a perspectiva militar sobre a imprensa. O segundo capítulo apresenta a discussão teórica a respeito dos conceitos clássicos sobre conservadorismo e liberalismo, e as visões clássicas sobre a temática militar. Na sequência o terceiro capítulo dimensiona a análise da cobertura jornalística oferecida pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mostrando o tipo de tratamento que estes periódicos deram às temáticas ligadas às Forças Armadas nos anos de 1995-98, bem como as influências liberal e conservadora que determinaram este relacionamento. Por fim, no último capítulo são apresentadas algumas

considerações e avaliações sobre o relacionamento da imprensa com as Forças Armadas no Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO I – IMPRENSA E FORÇAS ARMADAS: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

Imprensa e Regime Militar

No decorrer do período militar brasileiro, a grande imprensa sofreu agruras e transformações. De maneira geral, é possível dizer que durante a vigência do regime, entre os anos de 1964 e 1985, o próprio governo preparou o terreno para o afastamento de vários órgãos da imprensa mais ideológicos e que se encontravam em situação relativamente independentes através de muitas medidas de exceção, como, por exemplo, o *Última Hora* e o *Correio da Manhã*.⁷

Como se sabe, uma das idéias-mestra da Ideologia de Segurança Nacional no período ditatorial brasileiro era impedir a crítica aos governos militares, principalmente por parte da imprensa. Para isto, foi montado e desenvolvido um aparelho para controlar a divulgação de idéias, pensamentos e informações através dos meios de comunicação, além de um aparato “legal” para enquadrar os jornalistas que fossem contra a ordem estabelecida. Dentre as medidas “legais” que compunham o forte aparato de segurança para

controlar as informações podemos citar o Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965, a Lei de Imprensa de 1966, o Ato Institucional nº 5 promulgado em 13 de dezembro de 1968, além da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) em junho de 1964 que tinha a finalidade de centralizar as informações obtidas por outros órgãos do governo. Desta maneira o regime controlava as informações, determinando o que a população deveria ou não saber.⁸

À primeira vista, a censura parecia ser desordenada e inconsistente, mas ela possuía uma lógica que estava ligada ao Estado autoritário e ao seu ideário de transmitir uma aparência democrática ao país. O recrudescimento e a evolução da censura podem ser relacionados com o processo histórico da ditadura. Inicialmente, no governo Castelo Branco, havia uma certa liberdade de imprensa. Mas quando os órgãos da grande imprensa (que haviam apoiado o Golpe de 1964) passaram a criticar aspectos do regime, os instrumentos legais para barrar a liberdade de expressão tornaram-se cada vez mais eficazes. Isso pode ser exemplificado pela instituição da Lei de Imprensa no final do governo Castelo Branco já mencionada; além de outras medidas como a Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 1967, que provocaram o avanço da militarização do regime.

Em relação ao mecanismo de funcionamento da censura, é evidente como os governos militares reprimiam a liberdade de expressão. Este mecanismo de controle enquadrava os órgãos da grande imprensa e da imprensa alternativa no aparato repressivo do governo, pois os meios de

⁷ Para uma discussão mais detalhada ver Pery Cotta (1997), Andrade (1991) e Laurenza (1998).

comunicação eram considerados um dos itens de Segurança Nacional que seriam responsáveis pela transmissão da “ideologia” do regime.

Órgãos da grande imprensa, como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e *Jornal do Brasil* apostaram na solução militar e mais tarde sofreram as conseqüências. Vejamos, por exemplo, o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. Desde sua fundação este periódico adotara uma linha de política independente, intervindo de maneira autônoma na discussão de assuntos políticos e sociais. No período pós-1964, exaltava em seus editoriais o movimento militar e demonstrava apoio aos dois primeiros atos institucionais. Porém, a partir de 1966 o periódico começou a mudar de posição, publicando editoriais pessimistas quanto à evolução política nacional, embora fosse mantido o apoio aos êxitos ocorridos no campo econômico-financeiro. O jornal preocupava-se, sobretudo com a liberdade de imprensa, ameaçada pela nova legislação. Durante o governo do general Emilio Garrastazu Médici, *O Estado de São Paulo* permaneceu sob censura prévia, que seria suspensa somente em abril de 1975, já no governo Geisel.⁹ Frente ao atentado à bomba no Riocentro em 1981, o jornal mostrou-se indignado com a impunidade para com os responsáveis. Em fins de 1983, o periódico sofreu atentado por ação de grupos de direita. *O Estado de São Paulo* foi favorável e comprometido com as campanhas pelas eleições diretas para Presidente da República, e com o processo de Abertura.

O jornal *O Globo* deu apoio ao governo do marechal Castelo Branco e permaneceu identificado com este governo, não se manifestando contra as

⁸ SKIDMORE, (1991).

⁹ Ver Aquino (1999).

diversas cassações perpetradas pelos primeiros atos institucionais. Ainda em 1966, o jornal opôs-se à Frente Ampla, movimento articulado por políticos descontentes com o governo Castelo Branco, entre os quais Carlos Lacerda e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Contudo, a escalada de atos terroristas promovidos por grupos militares de direita, iniciada logo após a aprovação da anistia (1979), somada a algumas medidas de exceção tomada pelo governo, recebeu imediata desaprovação do jornal. Todos os principais atentados à bomba foram listados na edição de 02 de maio de 1981, como parte da cobertura do caso Riocentro.¹⁰

Por sua vez, o jornal *Folha de S. Paulo* também se alinha entre os órgãos que apoiaram o golpe e depois sentiram seus efeitos. Antes dos acontecimentos de março de 1964, o jornal se autodefinia como liberal e democrático, reafirmando a convicção de que o papel da imprensa é fundamentalmente o de formar a opinião pública. Muito embora tivesse apoiado o movimento de 1964, o simples fato de não concordar totalmente com a política governamental – era difícil, por exemplo, aceitar a forte censura à imprensa – possibilitou que o jornal aparecesse, de certa forma, como um órgão de oposição. No período mais tenso do governo Médici os editoriais foram suspensos. Em 1977, o fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Geisel para a aprovação do chamado Pacote de Abril foi tratado pela *Folha* como uma grave crise política, resultante de um momento em que as tendências da sociedade civil entraram em contradição irresolúvel com as necessidades do regime político inaugurado pelo movimento de 31 de março

¹⁰ CHIARINI, Adriana. In MOTTA (2002).

de 1964. Ainda nesse ano, o jornal passou pela sua maior crise de relacionamento com os governos militares. A nova postura editorial, adotada a partir de 1978, aproximou o periódico de um amplo setor da sociedade brasileira que, no final da década de 70, somava seus esforços para tentar por fim ao regime autoritário que perdurava desde 1964.¹¹

O *Jornal do Brasil* de início também apoiou a instauração do regime militar, porém recebeu com reservas o primeiro Ato Institucional e algumas cassações. O periódico manteve absoluto apoio ao governo Castelo Branco (principalmente na área econômica) alegando que o país precisava de um Executivo forte, “que exercesse uma real autoridade”: a falência do governo João Goulart e o descrédito em que caíram os valores liberais tornaram corrente a crença de que a concentração do poderes nas mãos do Executivo e a limitação às atribuições do Congresso representavam um fator de “modernização da sociedade brasileira”. O jornal teria justamente encampado essa visão de uma “democracia moderna”, conciliando assim sua linha tradicional com a nova situação, abandonando os valores liberais em nome de uma opção tecnocrática.¹²

Na esfera política, entretanto, a despeito das pressões e da censura constante, o jornal manteve uma posição menos comprometida e com o início do governo Geisel em 1974, passou a apresentar sérias divergências com a situação. O *Jornal do Brasil* teria sofrido nessa época um intenso boicote econômico devido as suas posições. No decorrer do processo de abertura política, iniciado ainda no governo Geisel, posicionou-se em favor das medidas

¹¹ GOLDENSTEIN (1987); NOVELLI, A.L. *In* MOTTA (2002).

¹² SEABRA, R. *In* MOTTA (2002).

liberalizantes que visavam a retirar de cena o autoritarismo, e em 1981 denunciou a farsa divulgada na apuração dos acontecimentos do Caso Riocentro mantendo-se, assim, na oposição possível ao regime militar.

A revista *Veja*, apesar de ter sido fundada em data posterior ao golpe (em setembro de 1968), sofreu bastante intervenção dos militares na sua redação. Os primeiros problemas deste órgão com a censura ocorreram já na semana de decretação do AI-5, em dezembro de 1968. A programação de uma capa sobre o ato institucional levou à redação da revista um censor que vetou algumas declarações de políticos. Mesmo assim, na segunda-feira a revista foi apreendida nas bancas. Após esse episódio iniciou-se uma fase de “censura branca”, com bilhetes e telefonemas da censura informando os temas proibidos. Ciclicamente, a censura prévia voltaria a ser instalada, como ocorreu em 1969. Em 1971 e 1973 a revista passou a ficar sob censura prévia, e em 1974 foi enviado pela Polícia Federal um censor que permanecia dentro da redação. Assim, pouco antes da posse do presidente Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, e durante os primeiros anos de seu governo, a revista passou a sofrer cortes sistemáticos em suas páginas.

A censura a *Veja* refletia a tensão existente entre o grupo mais próximo de Geisel, favorável ao relaxamento progressivo das regras de exceção, e a chamada “linha dura”, que defendia a manutenção da censura à imprensa como um dos instrumentos básicos de controle político. O enquadramento da ala mais dura das Forças Armadas foi acompanhado, no caso desta revista, por uma pressão mais direta sobre a direção do periódico e do grupo Abril no

sentido de abandono da linha jornalística crítica e de uma aproximação com a orientação do regime. Em 3 de junho de 1976, com um telefonema da Polícia Federal, à censura a *Veja* chegou ao fim.¹³

Entretanto, apesar de todo controle que lhes era imposto, alguns órgãos conseguiram publicar algumas formas de resistência para que os leitores identificassem a presença da censura

“o jornal *O Estado de S. Paulo* editava o poema “Os Lusíadas”, de Luis de Camões nos espaços censurados, o *Jornal da Tarde* apresentava receitas culinárias, a revista *Veja* mostrava o símbolo da Editora Abril e realizou uma brincadeira com anjos e demônios para defender a distensão política, os órgãos da imprensa alternativa apresentavam espaços em branco ou tarjas pretas com propagandas deles próprios, etc”.¹⁴

A censura a estes órgãos mostrava a necessidade do Estado autoritário de transmitir a existência de uma sociedade sem conflitos, democrática, com uma aparência harmônica. Por isto, os militares tentavam determinar o que deveria ser conhecido ou não pelo público leitor. A censura aos órgãos de imprensa ainda provocava a diminuição de matérias (tanto no seu conteúdo, quanto no seu volume) com críticas diretas ao governo, ou então, à tortura e aos problemas sociais do país. Assim, as decisões que envolviam os rumos da nação e que afetavam a vida da população restringiam-se a um grupo de militares no poder; as questões de interesse público faziam parte, muitas vezes, da lista de assuntos proibidos distribuída pelo governo, a não ser que fossem uma forma de realizar propaganda favorável ao regime militar.

¹³ MOURA, D. O. In MOTTA (2002); GAZZOTTI, J. (1998).

Todas essas atitudes antidemocráticas do governo ocasionaram um enorme mal-estar e um grande acúmulo de ressentimento da imprensa em relação aos governos militares e, de uma forma mais ampla, às Forças Armadas. Este ressentimento se tornou ainda mais evidente com o fim do regime militar e a restauração do estado democrático.

Quando houve o recrudescimento do regime, a partir de 1968, os órgãos de imprensa se viram acuados, sem conseguirem transmitir suas idéias em relação ao próprio cotidiano da sociedade brasileira e muito menos realizar qualquer tipo de crítica ao regime militar. Por isto, mesmo tendo apoiado o Golpe Militar de 1964, a grande imprensa passou a defender o retorno ao regime democrático, depois que as formas de repressão governamentais se tornaram um aparato que a atingia.

Obviamente, os órgãos da chamada grande imprensa, dentro dos limites que o regime impunha, não procuravam apenas a diversidade de opiniões e discussões, mas também “liberdade para defender os princípios que lhes interessavam, ou seja, a manutenção do *status quo* dentro de uma sociedade dita democrática. Na defesa da liberdade de imprensa, o que valia era a liberdade de escolha dos conteúdos favoráveis”¹⁵ que deveriam ser algo além do que o regime determinasse.

Desta forma, já no final do governo militar, os órgãos de imprensa utilizaram a relativa liberdade, a essa altura já conquistada, para (re)agir como força social rearticulando e reativando a sociedade civil como ator político e, contribuindo, assim, de maneira significativa para o agravamento da crise do

¹⁴ GAZZOTTI, 1998. p. 52.

¹⁵ *ibid.*, p. 65.

Estado autoritário militar. É neste contexto que as relações entre imprensa e ditadura foram sendo moldadas. Criou-se profundo ressentimento dos órgãos de comunicação em relação às Forças Armadas, comprovado pela intensa batalha em prol da redemocratização.

Um Olhar sobre a Perspectiva Militar da Imprensa no Brasil Contemporâneo

Historicamente a relação das Forças Armadas e dos meios de comunicação tem sido tortuosa, tensa, difícil e tem demonstrado desconfiança e receios recíprocos. Nesse sentido, o jornalista uruguaio Yuri Gramajo – especializado em temas de Segurança e Defesa – aponta a existência de uma mesma tendência encontrada em muitos países da América Latina com passados recentes de governo de exceção: a atitude assumida pelos jornalistas e pelos militares de uma notória indiferença e desconfiança de uns para com os outros. Os poucos jornalistas que se interessaram pelo tema militar muitas vezes revelam que os militares deixam transparecer somente aquilo que lhes convém e escondem toda informação que possa causar algum dano à instituição. Destaca também que assuntos relacionados à caserna “não vendem, a não ser que haja problemas [de ordem de Defesa Nacional], aí sim os militares são notícia”.¹⁶

¹⁶ GRAMAJO, Y. **Periodistas y Militares: Necesidades y desconfianzas mutuas**. In Research and Education in defense and Security Studies. Brasília, 2002. p. 5.

Gramajo acrescenta como uma das causas do distanciamento entre militares e imprensa, o fato de alguns militares declararem serem “distintos” do resto da sociedade (os militares se constituem em um domínio separado do mundo civil), por estarem sujeitos a regras e leis específicas do quartel.¹⁷ Afirma, porém, que tanto militares como jornalistas são atores fundamentais de cada sociedade democrática dos tempos atuais: os primeiros como parte da realidade nacional, e os segundos como via importante de informação completa e reforço da democracia, e conclui ainda que “a relação jornalista-militar/militar-jornalista é tanto difícil como necessária”.¹⁸

Já de acordo com a visão militar os “interesses da imprensa muitas vezes invadem o espaço interno das FFAA, e por isto esta instituição se torna hermética e monossilábica quando fala com os jornalistas”.¹⁹ As Forças Armadas muitas vezes vêm à imprensa como um empecilho, pois não se considera que dentro da organização militar deva existir uma estrutura cuja principal tarefa seja a divulgação do que está acontecendo no campo militar, especialmente no que diz respeito a assuntos sigilosos da caserna.

Em certos casos, a imprensa é considerada “inimiga” pois, divulgando as atividades em tempo de guerra, estará trabalhando para o inimigo. Segundo o Coronel do Estado Maior equatoriano Alberto Molina Flores, os analistas militares e políticos concluíram, que os meios de comunicação quando operam livremente, em tempos de guerra, tendem a comprometer os objetivos militares e, por isso ele defende a necessidade urgente de um controle equilibrado do

¹⁷ Para esta discussão ver Castro (1990 e 1995) e Leirner (1997).

¹⁸ GRAMAJO, Y. op. cit., p.15.

manejo das informações. De acordo com Flores, geralmente, em tempos de guerra se complica o conflito entre a independência informativa dos meios de comunicação e as garantias constitucionais da liberdade de imprensa, e dos intentos das FFAA de controlar a informação: um excesso de informação divulgada por parte da imprensa pode atentar de uma maneira importante contra a necessária reserva e surpresa que requerem os planos militares.

“As Forças Armadas não desconfiam da capacidade da mídia para manter segredo, mas temem que ela possa inadvertidamente revelar informação de importância sigilosa. Esse risco aumenta quando repórteres inexperientes dão cobertura a operações ou situações militares. A sede da mídia por assuntos exclusivos aumenta esse problema. Alguns repórteres, na tentativa de conseguir certas estórias, podem intencionalmente revelar informações importantes ou sigilosas”.²⁰

De acordo com o Tenente Coronel dos EUA J. K. Lovejoy, há, paralelamente, uma desmedida reserva na liberação de informação atenta contra uma ampla e completa cobertura de imprensa e, até mesmo, contra os princípios democráticos. Portanto, deve haver “um equilíbrio entre liberdade de expressão e seguridade nacional (...) e respeito tanto por parte dos militares como dos jornalistas do trabalho profissional de cada um”.²¹ Entretanto, embora tenham que reconhecer a influência em potencial da imprensa, os militares devem evitar que a preocupação excessiva com a reação pública e a cobertura

¹⁹ FRANZINI, F. **Relación Prensa-Fuerzas Armadas: vários enfoques para compreender uma relación compleja.** In Research and Education in defense and Security Studies. Brasília, 2002. p. 2.

²⁰ LOVEJOY, J. K. **Aperfeiçoando as Relações com a Mídia.** In: Military Review – Brazilian, 1st. Quarter/2003. p.69.

²¹ Ibid. p. 9.

da mídia os impeça de cumprir a missão. “As FFAA não devem deixar que tais preocupações as impeçam de fazer o necessário, devem buscar um equilíbrio entre a antiga prática de ignorar a mídia e a crescente tendência de ser consumida por ela”²², pois “os profissionais militares são adestrados desde o início, sabendo que o único objetivo das Forças Armadas é lutar e vencer as guerras da nação, sendo secundárias todas as outras missões”.²³

No ano de 2002 a Escola de Guerra Naval organizou um simpósio intitulado “O Relacionamento da Instituição com a Imprensa”. Nele as FFAA brasileiras demonstraram claramente sua constante preocupação em manter não apenas um bom relacionamento com a mídia mas também, em cultivar uma boa imagem para a sociedade civil. De acordo com Luiz Edmundo Bittencourt²⁴ (Vice-Almirante da Marinha Brasileira) este simpósio tinha como objetivos:

“mostrar como o bom desempenho em entrevistas pode afastar ameaças de crise ou minimizar os seus efeitos e produzir oportunidades para reforçar a imagem da Instituição; mostrar como funcionam os veículos de comunicação, como trabalham os jornalistas e como a Instituição pode tirar o máximo proveito desse conhecimento, seja qual for à circunstância; e oferecer ‘dicas’ para as entrevistas à Imprensa (mídia impressa e eletrônica)”.²⁵

Segundo ele, os mais importantes pontos considerados no simpósio foram: a Instituição Militar e a imprensa; premissas para o bom relacionamento

²² Ibid. p. 68.

²³ WILLEY, D. E. **A conexão entre os Militares e a Mídia: para melhores e para pior.** In: *A Defesa Nacional*, 86 (756): (jan/fev/mar/abr), 2000. p. 60.

²⁴ BITTENCOURT, L. E. B. **Relacionamento da Instituição com a Imprensa.** In *Revista Marítima Brasileira*, 2º Trimestre/2003.

²⁵ Ibid., p. 55.

com a imprensa; dicas para um bom relacionamento com a imprensa no dia-a-dia; idem, na crise; dicas para entrevista na TV: a roupa, para onde olhar, combinar a entrevista, tempo, linguagem, números, equipamentos, revisão, entendimento, temas polêmicos ou negativos.²⁶

Em outras palavras, de acordo com a visão militar, a melhor maneira de aperfeiçoar a atitude de todos os militares com relação à mídia é através de um “adestramento compulsório” sobre esse relacionamento. Isto é, nas relações com a imprensa as FFAA devem, antes de qualquer coisa, entender seus interesses gerais. Contudo, o mais importante é entender seu interesse específico por um determinado acontecimento ou evento.

“Esse assunto deve ser tratado da mesma forma que qualquer operação militar, na qual estudamos o oponente por meio da coleta de informações. Se o Exército gastasse uma fração do seu tempo e recursos procurando entender a mídia, estaria bem mais preparado para o relacionamento. Para entender a mídia é importante entender não tanto o que a imprensa cobre, mas o porquê. Quando as FFAA entendem porque determinado assunto recebe atenção da mídia, estão mais bem preparadas para assegurar que o acontecimento seja contado dentro do contexto certo desde o início”.²⁷

Assim, fica evidente a preocupação e o cuidado que as FFAA têm em manter um bom relacionamento com a mídia e de se desvincular da imagem rígida e ditatorial, que se formou durante o regime de exceção.

Ainda de acordo com a visão militar, até o final dos anos 70 a imprensa brasileira dedicava grande espaço para a cobertura dos temas militares;

²⁶ Ver anexo 1

²⁷ LOVEJOY, J. K. Op. cit., p. 15

conforme os governos militares tornaram-se coisa do passado, a imprensa, numa espécie de ressaca, praticamente virou as costas para os militares – desta tentativa de transformar os militares em bode expiatório, destaca-se um suposto “plano de desmoralização das FFAA”.²⁸ Nos últimos anos, uma conjunção específica de fatores internos e externos parece colocar o aparelho militar numa posição bem mais vulnerável quanto à sua capacidade de mobilizar recursos e de sensibilizar a opinião pública, o Parlamento e, principalmente, os meios de comunicação para seus objetivos e projetos. Como notou agudamente um estudioso do tema, os militares são “vistos com desconfiança por parte significativa da população em razão da lembrança do passado recente e estão submetidos à intensa pressão internacional e sem uma mudança concreta (...) que justifique sua existência num país premido por toda sorte de necessidades na esfera social”.²⁹

Nota-se que, depois de sofrer superexposição em vinte e um anos de ditadura, os militares foram lançados na obscuridade, “muito pouco ou quase nada se tem dito sobre quem são eles hoje, como vêem seu papel na sociedade e que balanço fazem dessa nova fase do Brasil”.³⁰ A angústia das FFAA se deve não só a fatores materiais, como salários insatisfatórios, equipamentos obsoletos e o redimensionamento das FFAA para as chamadas tarefas “tapa-buraco” (como o combate ao narcotráfico, as greves e contenção do Movimento Sem Terra), mas também a motivos mais profundos: a falta de importância que a sociedade – leiam-se governo, Congresso e principalmente a

²⁸ Ver Döring (1992).

²⁹ DINIZ, E. “**Apresentação**” à entrevista com Mário César Flores. São Paulo, Novos Estudos Cebrap (39), 1994. p. 116.

³⁰ *O Estado de São Paulo*, 14/03/1999.

imprensa – confere ao tema da defesa e a debilidade do poderio militar do Brasil frente aos desafios impostos pela chamada nova ordem mundial.

Os militares cobram dos meios de comunicação a obrigação de cumprir com a importante tarefa social de serem formadores de “uma sociedade solidária e democrática, e também de serem mensageiros de uma cultura nacional inspirada em valores éticos, morais, patrióticos e incorruptíveis, e duradouros”.³¹ As FFAA, por outro lado, devido a sua missão de defesa nacional, devem entender e aceitar o papel da mídia e devem atender também o direito de informação, com o fim de dar a conhecer aspectos básicos e essenciais que muitas vezes a grande maioria dos cidadãos e da imprensa desconhece ou desconsidera: Por que existem as Forças Armadas? Qual seu papel dentro do contexto nacional, tanto na paz quanto na guerra? Portanto, segundo a perspectiva militar, as Forças Armadas devem se preocupar em orientar a imprensa sobre as exigências e razões do aprestamento das forças, pois enquanto a mídia não entender porque os militares são treinados de acordo com certos padrões e comportamento, “continuarão a escrever histórias que levam a interpretações errôneas, a mal-entendidos ou que mostram incompreensão total do assunto”³². Mais que isso, “as FFAA devem aprender a nutrir esse antagonismo - tirando vantagem das similaridades e interesses mútuos - pois assim poderá conduzir a relação, resultando numa cobertura mais honesta das Forças Armadas”.³³

³¹ FLORES, A. M. **Los Médios de Comunicación Social y las Fuerzas Armadas**. In *Research and Education in defense and Security Studies*. Brasília, 2002. p. 4.

³² LOVEJOY, op. cit. , p 70.

³³ WILLEY, op. cit. , p. 61.

Dessa forma, fica exposta de forma introdutória a perspectiva militar sobre a imprensa no Brasil contemporâneo. Nos capítulos seguintes serão ressaltadas as principais características da cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*, no período de 1995-98, frente aos temas ligados às Forças Armadas.

CAPÍTULO II - REALISMO CONSERVADOR *VERSUS* LIBERALISMO POLÍTICO: VISÕES DIFERENTES SOBRE A QUESTÃO MILITAR

Este capítulo apresenta a discussão teórica a respeito dos conceitos clássicos sobre conservadorismo e liberalismo, e as visões clássicas sobre a temática militar, com o objetivo de analisar as duas “visões de mundo” diametralmente opostas sobre a questão militar: uma que chamaremos de *visão realista* ou *conservadora* (cuja ênfase recai na Segurança Nacional), e outra que reconhecemos como *visão liberal* (cuja ênfase recai na economia política). Essas duas perspectivas apontadas aqui depois serão identificadas influenciando a cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e determinando o tipo de tratamento que esses periódicos reservaram às FFAA durante os anos 1995-98.

Realismo Conservador e Guerra

De acordo com HUNTINGTON (1996) o conservadorismo é basicamente semelhante à ética militar, podendo se considerar apropriado designar esta ética como um *realismo conservador*. De forma bastante resumida é possível afirmar, de acordo com as idéias de Huntington, que a ética militar enfatiza a irracionalidade e a fraqueza da natureza humana. Proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da

divisão das funções. Salieta a continuidade e a manutenção da tradição. Aceita o Estado-Nação como a forma mais alta de organização política e reconhece a constante probabilidade de guerra entre países. Destaca a importância do poder nas relações internacionais e adverte contra os perigos à segurança do Estado. Sustenta que a segurança do Estado depende da criação e manutenção de Forças Armadas fortes. Considera a guerra como um instrumento da política, que os militares são servidores do Estado e que o controle civil é essencial ao profissionalismo militar. Em síntese, a ética militar é “pessimista, coletivista, historicamente influenciada, orientada para o poder, nacionalista, militarista [...] É, em suma, realista e conservadora”³⁴.

Nesse sentido, alguns críticos poderiam apontar os ensinamentos de Nicolau Maquiavel como pessimistas, mas talvez a expressão *realistas* seja a mais adequada. Para ele, em política reinam a violência, a astúcia, a vontade orientada para o poder; se as coisas são assim, então é melhor pôr essas forças a serviço da comunidade e aprender a conhecê-las a fim de utilizá-las eficientemente como os meios desse fim legítimo. Como já se disse, o ponto de partida e de chegada de Maquiavel é a realidade concreta, sua ênfase recai sobre a realidade efetiva das coisas. Esta é sua regra metodológica: ver e examinar a realidade tal como ela é e não como se gostaria que ela fosse, e esta substituição do *dever ser* (que marcara a filosofia anterior) pelo reino do *ser*, da realidade, leva Maquiavel a se perguntar como fazer reinar a ordem e como instaurar um Estado estável. O problema central de sua análise política

³⁴ HUNTINGTON, S. P. **O Soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996. p. 97.

é, então, descobrir como pode ser resolvido o inevitável ciclo de estabilidade e caos e como melhor manter um Estado. Nesse sentido, a visão de Maquiavel pode ser considerada uma das matrizes da visão conservadora.

Em *O Príncipe* Maquiavel manifesta esta sua preocupação com o Estado, não o melhor Estado, aquele tantas vezes imaginado, mas que nunca existiu e sim o Estado real capaz de impor ordem. Nesta obra o autor indaga que conduta deve adotar quem tem como projeto a instauração de um Estado duradouro, forte, honrado e feliz. O governar impõe a necessidade constante de avaliar uma situação em termos de relações de força, tanto no que diz respeito à vida interna do Estado, quanto no que concerne às relações de Estado com Estado. O problema político é então encontrar mecanismos que imponham a estabilidade das relações, que sustentem uma determinada correlação de forças. Cabe ainda dizer que Maquiavel põe em evidência a natureza estratégica da atividade política: a *virtù* do príncipe – qualidade que se refere, ao mesmo tempo, à firmeza de caráter, à coragem militar, à habilidade no cálculo, à capacidade de sedução, à inflexibilidade – tem como inimigos seus adversários, mas também a *fortuna* (o acaso); o príncipe terá sucesso se, sabendo avaliar o “bom momento”, conseguir colocá-lo do seu lado. Dito de outra maneira, a força é o fundamento do poder, porém é a posse de *virtù* a chave por excelência do sucesso do príncipe.

Maquiavel trata também em *O Príncipe* de aspectos mais técnicos, relevantes para esta discussão, como, por exemplo, sua insistência na incontestável vantagem que constitui para o príncipe um exército permanente, nacional, centralizado e que seja servidor do governante:

“Os principais fundamentos dos Estados, sejam eles novos velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E, como não é possível haver boas leis onde não há armas boas, e onde existem boas armas é conveniente que existam boas leis, falarei apenas das armas. Direi, assim, que as forças com as quais um príncipe preserva seu Estado são ou próprias ou mercenárias, ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém mantiver seu estado apoiado nessa classe de forças, nunca haverá de estar seguro (...) O motivo disso é que não nutrem nem amor nem força que as conserve em campo, apenas um pequeno soldo, e isso não é suficiente para fazer com que desejem dar a vida por ti”.³⁵

Mais à frente vai concluir que nenhum principado está seguro sem forças próprias; ao contrário, este estará ao sabor da fortuna e não haverá virtude que o defenda em momentos adversos, “a opinião e a sentença dos homens sábios foram sempre ‘nada é tão instável quanto a fama de poder de um príncipe quando não se encontra apoiada na própria força’. E as forças próprias são compostas de súditos ou de cidadãos, ou de servos teus”³⁶. Em poucas palavras, a segurança do Estado depende da criação e manutenção de um Exército forte, permanente e nacional.

Um último ponto pertinente encontrado em *O Príncipe* é que a guerra é considerada parte essencial da política. Segundo Maquiavel, um príncipe não deve ter outro objetivo ou pensamento, ou manter qualquer outra prática, a não ser a guerra, seu regulamento e sua disciplina se desejar manter-se no poder:

³⁵ MAQUIAVEL, 1999, p. 85-86.

³⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**, in “Os Pensadores”. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. p. 94.

“É ela [a guerra] de tal poder que não apenas conserva príncipes aqueles que assim nasceram como muitas vezes permite que cidadão com situação particular elevem-se àquela condição. Constata-se a perda dos Estados aos príncipes que se ocuparam mais com os luxos da vida do que com as armas. A causa que te levará a perder o domínio, em primeiro, é descuidar desta arte, e só o poderá conquistá-lo ao professá-la”.³⁷

Um outro autor que nos auxilia a entender a perspectiva conservadora é Thomas Hobbes. Tomando como ponto de partida uma concepção individualista e realista do homem, recusando previamente qualquer pressuposto moral, Hobbes se empenha em conjurar o que, para ele, é o maior dos males: a guerra civil. Para fazê-lo, analisa as condições graças às quais instaura-se uma ordem política estável. E a condição primordial é que a coletividade deseje a instituição de um princípio soberano onipotente e consinta em obedecer às leis civis e às decisões que são impostas pelo poder que encarna a soberania.

Segundo Hobbes, a natureza fez os homens iguais quanto à capacidade, e desta igualdade deriva a igualdade quanto à esperança de atingirmos nossos fins. Ou seja, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim, o mais razoável para cada um é atacar o outro, ou para vencê-lo, ou simplesmente para evitar um ataque possível. Assim a guerra se generaliza entre os homens em estado natural, e

³⁷ MAQUIAVEL, 1999, p. 95.

“Com isto se torna manifesto que, durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontraram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida”.³⁸

Segundo essa ótica realista, nada no estado de natureza prepara o estado de sociedade. O Estado social, que não é de instituição divina ou de inscrição natural, tem de ser produto de um artifício. Dado que o estado de natureza é insuportável, dado que o desejo de poder e o desejo de viver (e de viver em paz) se contradizem, então surge a capacidade deliberativa, própria ao homem, de construir uma instância superior cujo fim é impor uma ordem que elimine a violência natural e que substitua a guerra de todos contra todos pela boa convivência de todos com todos.

Em outras palavras, ao grande mal se deve responder com um grande remédio: pôr fim à violência nascida do exercício de potências por definição ilimitadas, só pode ser eficaz através de uma potência que não conheça limites. Isto é, a instauração da sociedade política do Estado (e seu reconhecimento como sendo a forma mais alta de organização política), pressupõe que os cidadãos, de comum acordo, despojem-se integralmente de sua potência individual e egoísta e a transfiram para a autoridade pública; é conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possam reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade,

³⁸ HOBBS, 1999, p.109.

“todos submetendo assim suas vontades à vontade do representante, e suas decisões a sua decisão. Isto é mais do que consentimento ou concórdia, é uma verdadeira unidade de todos eles, numa só pessoa, realizada por um pacto de cada homem com todos os homens (...) Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama *Estado* (...) É esta a geração daquele grande *Leviatã*, ou antes (para falar em termos mais reverentes) daquele *Deus Mortal*, ao qual devemos, abaixo do *Deus Imortal*, nossa paz e defesa”.³⁹

A soberania una e indivisível do Estado deve ser impreterivelmente ilimitada: o contrato que a estabelece não a sujeita a nenhuma obrigação, salvo a de assegurar a tranquilidade e o bem-estar dos contratantes. A ordem política, a instituição do Estado, põe fim à luta de vida ou morte: isso só ocorre na medida em que membros da coletividade consentem em reconhecer a absoluta soberania de uma “pessoa moral” que exerce seu poder por meio de decisões sobre as quais só ela é responsável e de leis que ela impõe como princípios necessários da organização da sociedade. Esse é o sentido que institui o Estado: construir uma lógica de existência coletiva que preserve a vida. Dessa forma, é possível entendermos de que maneira para Hobbes (e outros que aí vão se inspirar), “a política se torna um instrumento capaz de retirar a guerra de um estado (o de natureza) e para colocá-la sob outro (o Estado, justamente), e assim entendermos também por que pode haver uma disposição posterior para se pensar a guerra como uma espécie de ‘continuação da política’”.⁴⁰ Nesta visão do contrato de Hobbes, a guerra cede assim lugar ao Leviatã.

³⁹ Ibid., p. 144.

⁴⁰ LEIRNER, P. C. **O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos**. 2001. 200 f. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo. p. 37.

Vê-se, então, em Hobbes, como o pensamento conservador enfatiza a ordem e teme a anarquia valorizando, em consequência, a soberania do Estado.

Continuando nesta tradição de pensamento conservador, Edmund Burke (considerado um dos fundadores do conservadorismo moderno) foi o primeiro grande crítico da Revolução Francesa. Em sua mais importante obra, *Reflexões sobre a revolução em França*, publicada em 1790, Burke discute as idéias fundamentais que animaram o movimento, tais como a questão da igualdade, dos direitos do homem e da soberania popular; alerta contra os perigos da democracia em abstrato; e questiona o caráter racionalista e idealista do movimento salientando não se tratar simplesmente do fato da revolução provocar o desmoronamento da velha ordem, mas o fato de causar o que para ele era ainda mais grave: a *deslegitimação dos valores tradicionais*, destruindo assim toda uma herança em recursos materiais e espirituais arduamente conquistada pela sociedade. Como disse um estudioso da obra de Burke “o espírito da renovação total e radical; a destruição de todos os direitos consagrados pela tradição; o confisco da propriedade, a destruição da Igreja, da nobreza, da família, dos costumes, da veneração aos ancestrais da nação – esse é o catálogo de tudo que Burke odiava nos seus momentos sombrios”.⁴¹

Contra-pondo-se a esses males, o autor exalta as virtudes da Constituição inglesa, repositório do espírito de continuidade, da sabedoria tradicional, da prescrição, da aceitação de uma hierarquia social e da propriedade, e da consagração religiosa da autoridade secular. É

⁴¹ O'BRIEN, Connor Cruise *in* BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1997. p. 3 .

particularmente nesta obra que se encontram expostos de forma categórica os fundamentos e traços conservadores do pensamento de Burke, tais como o surgimento da sociedade como um organismo que encarnava a ordem moral de origem divina; a defesa da hierarquia social, das prescrições, dos direitos herdados, da continuidade histórica, da manutenção da tradição e crítica ferrenha das idéias e práticas da Revolução Francesa.

A atitude de Edmund Burke se destaca pela sua firmeza, ele condena o empreendimento revolucionário por este ser fruto da razão abstrata dos filósofos, que só pode engendrar desordem e descontinuidade: 1789 lhe parece antinatural, na medida em que a natureza se identifica com a *continuidade* da ordem histórica. De fato, foi essa uma das primeiras objeções de Burke à Revolução Francesa, um movimento motivado por princípios abstratos como a liberdade, a igualdade. Isso não significa, no entanto, que ele tenha evitado fazer generalizações teóricas. E, apesar de suas constantes referências pouco elogiosas ao pensamento abstrato, suas críticas às idéias revolucionárias, bem como as posições fundamentais que defendia, Burke admitia existir uma realidade superior. E, de fato, sua concepção sobre o Estado e a sociedade baseia-se em determinadas suposições sobre a natureza do Universo. A esse respeito cabe ressaltar o papel proeminente da religião no esquema explicativo de Burke, “nós sabemos e, o que é melhor, sentimos interiormente que a religião é a base de toda sociedade e a fonte de todo o bem”.⁴² Estado e sociedade, então, fazem parte da ordem natural do Universo, que é uma criação divina.

⁴² *ibid.*, p. 112.

Alguns pontos podem assim ser assinalados quanto à concepção de Burke acerca da natureza da sociedade e do Estado. Em primeiro lugar, a sociedade tem uma essência moral, um sistema de mútuas expectativas, deveres e direitos sociais. Em segundo lugar, vemos em Burke a idéia de que a sociedade é natural e de que os homens são por natureza sociais: “o estado de sociedade civil [...] é um estado de natureza”.⁴³ Aqui cabe frisar que, para este autor, faz também parte da natureza das coisas a desigualdade (e a propriedade, que tem por traço fundamental ser desigual). A natureza é hierárquica; assim, uma sociedade ordenada é naturalmente dividida em estratos ou classes, de modo que a igualdade, tanto política, social como econômica, vai contra a natureza. Para Burke, a idéia de igualdade, esta “monstruosa ficção” apregoada pela Revolução Francesa, só serve para subverter a ordem estabelecida.

Pode-se, ainda, identificar em Burke uma atitude quase de veneração ao Estado (especialmente ao Estado inglês), para ele Estado é “uma associação de toda ciência, de toda arte, de toda virtude e de toda perfeição (...) uma associação não apenas entre os vivos, mas também entre os mortos e os que irão nascer”.⁴⁴ E isso nos chama à atenção novamente aos traços importantes do pensamento conservador de Burke: sua defesa da continuidade, sua reverência da tradição social e constitucional e da manutenção da ordem. Essas características de seu pensamento são parte central da herança da tradição que aqui chamamos de conservadora.

⁴³ *ibid.*, p. 114.

Guerra e Política

Contudo, o autor da tradição realista que mais diretamente nos interessa é Carl Von Clausewitz autor do clássico *Da Guerra*, que figura como o proponente mais destacado da filosofia da guerra, cuja influência é profundamente sentida no pensamento militar do século XIX.

Em seu texto Clausewitz defende que as relações entre os Estados são relações de poder. O ponto mais característico deste autor é a definição da guerra como instrumento da política:⁴⁵

“(...) a guerra nada mais é senão a continuação das relações políticas, com o complemento de outros meios. Dizemos que se lhe juntam novos meios para afirmar ao mesmo tempo que a guerra em si não faz cessar essas relações políticas, que ela não as transforma em qualquer coisa de inteiramente diferente, mas que estas continuam a existir na sua essência [...] e que os principais filamentos que correm através dos acontecimentos da guerra e os quais elas se ligam não são mais que contornos duma política que se prossegue através da guerra até a paz”.⁴⁶

Essa é a contribuição específica de Clausewitz para a visão conservadora.

⁴⁴ *ibid.*, p. 116.

⁴⁵ Vale ressaltar que, não cabe a Clausewitz a originalidade de ter considerado a guerra como parte constituinte da política, pois, como já foi visto, antes dele Maquiavel e também Hobbes já haviam feito esta postulação.

⁴⁶ CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 79

A afirmação de que não se pode nunca separar a guerra das relações políticas nos permite propor a existência de Forças Armadas como algo imprescindível à consecução dos objetivos políticos estabelecidos pelos Estados – tanto na guerra como na paz.

Para Clausewitz a guerra, de início, nada mais é do que o choque de vontades antagônicas que se armam para se contraporem e, assim sendo, ela acontece no terreno daquilo que se pode chamar de causas e efeitos psicológicos. Clausewitz define também a guerra como “um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à nossa vontade”⁴⁷, isto é a guerra não é mais do que um grande duelo onde cada oponente tenta obrigar o outro a fazer a sua vontade por meio do uso da força física. A força, portanto, é um meio da guerra e impor nossa vontade sobre o inimigo é o seu objetivo, para nos assegurar da conquista deste objetivo, devemos fazer o inimigo impotente, e esta é, em teoria, a *meta* da arte da guerra. Então *desarmar* passa a ser considerado como se fosse o objetivo da guerra, tomando lugar do objetivo inicial, qual seja, impor nossa vontade. Na guerra tudo é incerto, dada a singularidade e complexidade de cada evento, de cada tomada de decisão e de cada combate; tudo que é planejado com muito cuidado é sempre muito difícil de ser executado com pleno sucesso, pois uma outra vontade contraposta vai reagir à execução do que foi planejado. “Nenhuma atividade humana depende tão completamente e universalmente do acaso como a guerra. O acidental e a possibilidade desempenham, pois, como o acaso, grande papel na guerra”.⁴⁸

⁴⁷ *ibid.*, p. 73

⁴⁸ *ibid.* p. 64.

Em *Da Guerra*, Clausewitz propõe que a função dos militares consiste em executar a vontade do Estado; podemos admitir que a vontade do Estado estará dirigida para uma luta orientada para o poder. Contudo, segundo Anatole Rapoport, na sua filosofia da guerra Clausewitz dá prioridade à autoridade civil sobre a militar, partindo do princípio de que os militares devem servir o Estado, e não vice-versa:

“O motivo desta distinção no espírito de Clausewitz reside na sua avaliação das perspectivas abertas respectivamente à chefia militar e à civil. O chefe militar é um especialista. O seu horizonte pode não ir além daquilo que parece necessário para levar a cabo as tarefas militares. O homem de estado (ou monarca) abarca toda a escala de relações do poder, tanto políticas como militares. Deste modo, o homem de estado aparece no paradigma de Clausewitz como um supergeneral que deve possuir autoridade decisiva sobre o general, da mesma maneira que o general (que considera a guerra no seu conjunto) deve possuir autoridade suprema sobre os seus coronéis e capitães (que tem uma visão mais limitada da guerra)”.⁴⁹

Em poucas palavras, Clausewitz assume a primazia do Estado, representado pelo seu monarca, sobre os assuntos militares, e também toma como suposto a primazia da Sociedade Civil (através do Estado) sobre a vida militar. Além disto, está igualmente subentendido em *Da Guerra* uma separação entre o Exército e a Sociedade Civil, ou seja, toma-se como um dado à existência do soldado engajado em um organismo do Estado, como uma profissão e uma carreira a ser seguida dentro deste organismo. Ainda que esta profissão militar tenha seu sistema valorativo próprio, tal como a honra

castrense, o desejo de obter a glória em combate, a obediência à hierarquia, etc, este conjunto de valores não é suficiente para transformar o soldado destas sociedades em um guerreiro, como naquele tipo de sociedade onde não existe a separação entre a vida civil e a vida em armas. As Forças Armadas são vistas da mesma forma como o são no Estado Moderno: órgãos do poder estatal que possuem o monopólio da violência e, através desta, a conservação dos interesses políticos do Estado-Nação. Estas idéias constituem-se em um dos pilares do pensamento conservador.

É ainda importante destacar em *Da Guerra*, que Clausewitz não foi o primeiro estudioso a tratar da relação entre guerra e política, mas sua originalidade estaria no fato de ter colocado a política no centro da guerra de maneira a fazer dela o eixo que determina toda a ação militar. Isto é, ele trata a política como a disputa pelo poder dentro e entre as sociedades e Estados – estes compreendidos na configuração em que se cristalizaram a partir da Revolução Francesa, ou seja, os Estados na configuração do mundo capitalista moderno.

Em sua filosofia política, Clausewitz defende que a guerra não é apenas um ato político, “mas um verdadeiro instrumento político, uma busca de relações políticas, uma realização dessas por outros meios”⁵⁰, e, portanto, não pode ser divorciada da vida política das sociedades em conflito, ela é um fenômeno subordinado e instrumentalizado ao jogo político. É somente a política que pode transformar seu espantoso caráter destrutivo em um mero instrumento. A política pode errar, servir a ambições, a interesses privados e à

⁴⁹ RAPAPORT, A. In CLAUSEWITZ (1979). p. 17- 18.

⁵⁰ ibid. p. 67.

validade daqueles no poder, mas de nenhuma maneira a arte da guerra pode ser considerada a preceptora da política. Pois, sendo a guerra um instrumento da política, quando se fala em consequências nocivas da guerra, na verdade está se falando em consequências nocivas de decisões políticas, uma vez que um ponto de vista exclusivamente militar em assuntos da guerra é dificilmente concebível. Assim, nessa visão a guerra, e conseqüentemente, as Forças Armadas aparecem como um dado inquestionável da realidade – uma vez que são imprescindíveis ao alcance dos objetivos estabelecidos pelos Estados.

Seguindo nessa tradição do pensamento conservador, é importante ressaltar que nenhum outro autor igualou guerra e política de forma mais explícita do que Carl Schmitt. Em seu texto *O Conceito do Político*, ele passa a definir a guerra como elemento definidor da política, contrapondo-se assim a Clausewitz que propõe que a guerra é instrumento da política. Ele nos apresenta o Estado como a forma mais alta de organização política, como unidade política organizada e decisiva; o Estado vive *no* político e, por isso não reconhece nenhuma instituição como apolítica.

Schmitt propõe também que a distinção política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a discriminação entre amigo e inimigo:

“Ela fornece uma determinação conceitual no sentido de um critério, não como definição exaustiva ou especificação de conteúdos. Na medida em que ela não é derivável de outros critérios, corresponde, para o político, aos critérios relativamente independente das demais contraposições: bom e mau, no moral; belo e feio no estético, etc. em todo caso, ela é independente, não no sentido de um novo âmbito próprio, mas na maneira em que não se fundamenta nem em alguma

das demais oposições, nem tampouco em várias delas, e nem a elas pode ser reportada” (SCHMITT, 1992, p. 51-52).

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o sentido de designar o grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação. Todos os conceitos, representações e palavras políticas têm um sentido polêmico, visualizam um antagonismo concreto, cuja consequência extrema é um agrupamento amigo-inimigo (manifesto na guerra ou na revolução).

O antagonismo político é a mais intensa e extrema contraposição e qualquer antagonismo concreto é tanto mais político, quanto mais se aproximar do ponto extremo, do agrupamento amigo-inimigo; vale dizer, é no antagonismo concreto que encontra-se a essência das relações políticas. E o Estado, enquanto unidade política e organizada, engloba todos os antagonismos uma vez que é no seu interior que acontece a distinção amigo-inimigo.

Segundo Schmitt, os conceitos de amigo-inimigo adquirem seu real sentido pelo fato de terem uma relação com a possibilidade real de aniquilamento físico. Em outras palavras, como um autor conservador ele reconhece a constante probabilidade de guerra entre unidades políticas (ou seja, entre Estados) e a possibilidade de conflito que “sempre deve estar presente para que se possa falar de política”⁵¹. Ele ainda acrescenta que

“a guerra não é, absolutamente, fim e objetivo, sequer conteúdo da política, porem é o *pressuposto* sempre presente como possibilidade

real, a determinar o agir e o pensar humanos de modo peculiar, efetuando assim um comportamento especificamente político”.⁵²

Isto é, a guerra, enquanto o meio político mais extremo, revela a possibilidade, subjacente a toda concepção política, desta distinção entre amigo-inimigo. Assim sendo, ela apenas tem sentido enquanto esta distinção estiver realmente presente ou for ao menos realmente possível; toda guerra tem, portanto, motivações políticas independente dos motivos humanos capazes de provocá-la: nada pode escapar a consequência do político.

Cabe ao Estado, como unidade política decisiva, a disposição sobre a possibilidade de fazer guerra e de com isso decidir abertamente sobre a vida dos homens – os militares são servidores do governante e o controle civil é essencial ao profissionalismo militar, uma vez que, como já foi dito, é o Estado como unidade política decisiva que detém o poder de decisão sobre fazer ou não uma guerra. O autor nos alerta, porém que a função bem desempenhada de um Estado normal consiste, sobretudo, em “produzir no interior do Estado e de seu território uma satisfação completa, estabelecer ‘tranqüilidade’, segurança e ordem, e assim criar a situação normal que é pressuposição para que as normas jurídicas possam valer”.⁵³

De acordo com Schmitt, o político pode extrair sua força dos mais variados setores da vida humana (de contraposições de cunho religioso, econômico, moral e outros); ele não designa um âmbito próprio, mas apenas o grau de intensidade de uma associação ou dissociação entre os homens.

⁵¹ SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1992. p. 58.

⁵² Ibid., p. 60.

⁵³ Ibid. p. 72

“O real agrupamento amigo-inimigo é ontologicamente tão forte e decisivo, que a contraposição não-política, no mesmo momento em que provoca tal agrupamento, coloca em segundo plano seus critérios e motivos até então ‘puramente’ religiosos, ‘puramente’ econômicos, ou ‘puramente’ culturais [por exemplo], submetendo-os às condições e conseqüências totalmente novas, peculiares (...) que passou a ser política. Político, em todo caso, sempre é o agrupamento que se orienta na perspectiva da eventualidade séria. Por isso, ele é sempre o agrupamento humano determinante, e a unidade política, portanto, se estiver presente, será sempre a unidade normativa e ‘soberana’, no sentido de que ela caberá sempre, por definição, resolver o caso decisivo, mesmo que seja um caso excepcional”.⁵⁴

Em poucas palavras: o que interessa é sempre o caso do conflito.

É importante notar aqui que, em *O Conceito do Político*, Schmitt apresenta uma crítica direta ao Liberalismo dizendo que este nega a unidade soberana do Estado, ou seja, nega a unidade política decisiva que para ele o Estado possui. Para este autor a unidade política é a unidade social que decide o caso de conflito e define o agrupamento determinante segundo amigo e inimigo, mas isto não é válido no liberalismo, pois este não reconhece a unidade política soberana sobre as demais unidades sociais. Segundo este autor, no liberalismo os Estados são essencialmente idênticos a outras espécies de associações humanas,

“sem que se possa dizer de alguma dessas associações que ela seja incondicionalmente decisiva e soberana. Antes pelo contrário, tais diferentes ‘associações’ podem, cada qual em um âmbito diferente,

evidenciar-se como sendo as mais fortes, podendo-se decidir o conflito (...) O Estado se transmuda simplesmente em uma associação que faz concorrência a outras associações; ele se torna uma *sociedade* ao lado de e entre muitas outras sociedades que subsistem dentro ou fora do Estado. [O liberalismo] fica sem esclarecer o que agora afinal de contas deveria ser a unidade política”.⁵⁵

Dito de outra forma, a teoria liberal ignora o conceito central de toda teoria do Estado: o político. Segundo Schmitt, essa visão

“se atola num individualismo liberal, porque em última análise ela não faz outra coisa senão jogar uma associação contra a outra, a serviço do indivíduo livre e suas livres associações, quando então todas as questões e todos os conflitos vêm a ser decididos a partir do indivíduo. Na verdade não há nenhuma ‘sociedade’ política ou ‘associação’ política, existe apenas uma unidade política, uma ‘comunidade’ política [que é o Estado]”.⁵⁶

Isto é, a possibilidade real de agrupamento de amigo e inimigo já é suficiente para criar, para além do meramente social-associativo, uma unidade normativa, que é algo diferente e frente às demais associações.

De tal modo, podemos afirmar que em suas teorias do homem, da sociedade, do Estado, em seu reconhecimento do papel do poder nas relações humanas, na importância da continuidade e o valor da história, o realismo conservador identifica-se bastante com a ética militar. Tanto que se pode dizer que entre ética militar e conservadorismo o que existe é compatibilidade e

⁵⁴ Ibid., p. 64-65.

⁵⁵ Ibid., p. 66-67.

similaridade inerentes. O mesmo não se pode afirmar em relação à visão liberal, que será nosso tema a seguir.

O Liberalismo Político e a Ética Militar

A essência do liberalismo é o individualismo. Ele enfatiza a razão e a dignidade moral do indivíduo, colocando a liberdade individual acima de restrições políticas, econômicas e sociais.

Ao contrário do liberalismo, a ética militar sustenta que o homem é mau, fraco e irracional, tendo que se subordinar ao grupo:

“O militar afirma que a relação natural entre os homens é o conflito; o liberal acredita que a relação natural é a paz. O liberalismo diz que a aplicação da razão pode produzir harmonia de interesses. Para o liberal, o sucesso num empreendimento qualquer depende de um máximo de libertação das energias individuais; para o militar, depende da subordinação e especialização. O liberal glorifica a auto-expressão; o militar a obediência” (HUNTINGTON, 1996, p. 109).

De acordo com Huntington, o liberalismo rejeita a teoria orgânica da sociedade e, ao contrário do ponto de vista militar, sustenta que a natureza humana é dócil e pode ser melhorada através da educação e de adequadas instituições sociais. O liberal, costumeiramente, acredita em progresso minimizando a importância da continuidade histórica.

⁵⁶ Ibid., p.70.

O pensamento liberal preocupa-se, fundamentalmente, com economia e bem estar econômico, opondo-se a grande poderio militar, à diplomacia do equilíbrio de poder e às alianças militares. Acredita ainda que o caminho para a paz passa por dispositivos institucionais como o Direito Internacional e organizações internacionais.

Recorrendo novamente a Huntington, vemos que:

“Embora sejam fortes as tendências pacifistas do liberalismo, o liberal acaba apoiando uma guerra travada para favorecer a seus ideais. A guerra, como instrumento de política nacional, é imoral; a guerra em favor de princípios de justiça e de liberdade universalmente verdadeiros, não o é. Assim, o liberal opõe-se à guerra em geral; mas freqüentemente, a apóia em particular, ao passo que o militar aceita a guerra no abstrato, mas se opõe às suas manifestações específicas”.⁵⁷

O liberalismo é, de um modo geral, hostil a armamentos e a exércitos permanentes. Tais coisas são uma ameaça não apenas à paz como também ao governo constitucional. Se a organização militar é necessária terá que ser uma organização que reflita princípios liberais. No liberalismo, controle civil significa a incorporação de ideais liberais às instituições militares. “A defesa nacional é da responsabilidade de todos, não apenas de uns poucos; se a guerra se tornar necessária, o Estado terá que lutar como uma ‘nação em armas’, confiando em milícias populares e em exércitos de cidadãos”.⁵⁸

A visão liberal dos assuntos militares tem na sua essência a oposição continuada aos valores e as exigências militares. Huntington nos mostra, em

⁵⁷ HUNTINGTON, S. P. **O Soldado e o Estado – Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996. p. 123).

⁵⁸ *Ibid.*, p. 110.

seu estudo de caso da sociedade norte-americana⁵⁹, que na política interna, todo grupo liberal tem a tendência de identificar os militares com seus próprios “inimigos particulares”. Na visão liberal, os profissionais militares são considerados retrógrados, incompetentes, descuidados da importância da economia, da moral e da ideologia e, por isso, as despesas com eles são julgadas um desperdício. Em outras palavras, “o liberal vê o profissionalismo militar como sendo economicamente dispendioso, socialmente inútil e eticamente retrógrado”⁶⁰. Huntington vai além quando propõe que os teóricos liberais estavam unidos na concepção de que os militares são improdutivos e que, diferente do que muitos acreditam, a teoria do “sangue e lucro” (aliança entre o militarismo e o industrialismo) não é totalmente verdadeira, pois, em muitos aspectos, a guerra atrapalha a economia uma vez que desvia recursos e interrompe o comércio.

Essas afirmações ficam mais claras se examinarmos os autores liberais clássicos. Podemos começar por Adam Smith. Sua obra *A Riqueza das Nações* é fonte dos paradigmas teóricos sobre os quais foi construída a Economia Política Clássica. A ordem econômica, isolada por abstração, passou a figurar ao lado da ordem religiosa, da ordem política, da estrutura jurídico-administrativa e militar como elemento constitutivo do que se passou a designar como Estado Nacional.

⁵⁹ Huntington realizou nos EUA um estudo de caso das relações entre civis e militares e, muitas de suas observações podem ser estendidas ao caso brasileiro. Isto será mais bem exposto nos próximos capítulos.

⁶⁰ Ibid. p. 317.

A relação existente entre a nova ciência econômica e a teoria política (que se empenha em definir a organização política legítima) é dupla: num primeiro nível, pragmático, ela buscou os meios de remediar a pobreza do Estado, a miséria da nação, indicando ações que deveriam ser empreendidas; mas, num segundo nível, a partir das leis científicas que ela julgou descobrir, induziu a idéia do bom governo, conforme a natureza das coisas.⁶¹

Desse modo, poderá ser edificada uma sociedade livre, que deixe cada um empreender o que lhe for conveniente; a busca da riqueza pelos indivíduos é a garantia do bem-estar da coletividade – evidencia-se aqui a essência individualista do liberalismo. Todavia, para que as leis da natureza e as da natureza humana possam funcionar harmoniosamente, é preciso que sejam garantidas a *segurança* da propriedade e a *liberdade* empresarial. Se o governo deve se abster de intervir nas questões econômicas, tem de ser despótico quanto à defesa dos bens, à livre circulação das mercadorias, à vigilância e à punição dos que pretendem enterrar o curso natural das coisas.

Embora em *A Riqueza das Nações* demonstre crer também na harmonia, Smith extrai de suas reflexões econômicas conseqüências políticas inteiramente diversas. Sua investigação sobre a atividade produtiva se funda num exame empírico realizado de modo inteiramente diferente: enquanto os fisiocratas se contentam em pôr o problema econômico apenas do ponto de vista da produção de bens de subsistência (e, por isso, desqualificam a atividade manufatureira, que transforma sem nada criar), Adam Smith toma como ponto de partida a divisão do trabalho e a troca.

⁶¹ CHÂTELET, François. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

Nessa ótica, “a riqueza de uma nação é medida pela massa de bens que são nela produzidos, trocados e capazes de ser exportados”.⁶² Um bem que pode ser trocado é uma mercadoria. Desse modo, para dar uma avaliação mais precisa, é necessário medir o que forma o valor de uma mercadoria. Decerto, pode-se responder que esse valor provém de sua utilidade, isto é, de seu uso. Mas a experiência comercial e industrial mostra que se trata, nesse caso, de um fator contingente: o que é relacionado na troca entre mercadorias é o investimento e o trabalho que foram necessários à produção dessas mercadorias. Desta forma, o capital criado inicialmente pela poupança e aumentado por meio dos lucros comerciais, e o trabalho posto em operação num país, constituem as causas da sociedade: um e outro acrescentam valor à natureza e são os fermentos do que logo após irá ser chamado de “civilização”.

Adam Smith completa essa análise, cujos conceitos fundam a economia política como disciplina objetiva, com considerações que põem em evidência a auto-regulação que caracteriza um tal sistema: a lei do valor, quando seu funcionamento não é entravado por nada, implica que “o empresário capitalista busca as atividades benéficas à sociedade (e que elimina as produções parasitárias) e que os trabalhadores trabalham mais e melhor para melhorar suas condições”.⁶³ Dessa forma, dentro desta perspectiva liberal individualista, o bom governo é aquele que, não intervindo de nenhum modo na ordem econômica protege a propriedade e o capital, faz com que reine uma ordem graças à qual cada um será livre de dispor livremente de sua atividade laboriosa, garante a regularidade e a aplicação dos contratos privados e

⁶² SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. p. 235.

garante a força da nação a fim de que possa desenvolver suas capacidades comerciais.

O poder coercitivo do Estado é útil, principalmente, para proteger-nos contra a injustiça e a violência, em especial a violência contra a propriedade; pode atuar para a educação ou para aquelas obras públicas em cuja realização o indivíduo não pode encontrar lucro. Mas, para além desse âmbito restrito, a finalidade suprema do Estado é proteger as atividades espontâneas dos indivíduos. Isto é, o bom governo é aquele que, mais do que qualquer coisa, garante a liberdade individual.

Com Adam Smith, segundo um comentarista, o liberalismo dispõe de uma missão econômica plenamente analisada:

“deixem o homem de negócios libertar-se, e ele libertará a humanidade. Mas, para libertar-se, ele deve estar na posse do Estado; isso já ele fez em grande medida. E descobre agora que, para empregá-lo a serviço de suas mais ambiciosas finalidades, não lhe resta outra tarefa senão obrigar o Estado a aceitar a concepção mais limitada possível de suas funções”.⁶⁴

Em Smith a doutrina dos limites das tarefas do Estado funda-se sobre o primado da liberdade do indivíduo com respeito ao poder soberano e, em consequência, sobre a subordinação dos deveres do soberano aos direitos ou interesses do indivíduo. Em poucas palavras, percebemos que o melhor governo, segundo a tradição liberal clássica, é aquele que menos governa. Portanto, nessa visão sobra pouco espaço para valorização do Exército e

⁶³ CHÂTELET, op. cit. , p. 69.

reconhecimento da guerra, pois se o Estado é mínimo não cabe a discussão sobre esses assuntos.

Nesse sentido, um dos maiores expoentes do liberalismo do século XIX Aléxis de Tocqueville, em sua grande obra *A Democracia na América*, mostrou ser antes um liberal do que um democrata. Estava firmemente convencido de que a liberdade, principalmente a liberdade religiosa e moral (mais do que a econômica) era o fundamento e fermento de todo poder civil. Entretanto, havia compreendido que o século nascido da revolução caminhava impetuosamente em direção à democracia. Por isso a toma como uma tendência inexorável e irreversível, porém jamais demonstrou a menor hesitação em antepor a liberdade do indivíduo à igualdade social. O grande drama tocquevilliano é, portanto, buscar a solução sobre a questão da preservação da liberdade na igualdade. Pois, por um lado, o processo igualitário (que proporciona a democracia) é inevitável e apresenta perigos constantes de ameaça à liberdade, por outro, a liberdade, mesmo a que já tenha sido conquistada, é frágil e a qualquer momento pode ser destruída. Considerando-se ainda que, para ele, a igualdade sem liberdade é insuportável, sua obra é, desta maneira, um manifesto constante de defesa da liberdade individual⁶⁵ – sendo um liberal, assim como Smith, preocupa-se com este princípio mais do que qualquer coisa.

⁶⁴ LASKI, 1980. p. 131.

⁶⁵ Vale dizer que liberdade individual é aqui compreendida como o conjunto de liberdades fundamentais de cada indivíduo. Esta não pode ser confundida com a idéia de individualismo, pois este é, segundo Tocqueville, pernicioso uma vez que levado ao extremo conduz a atomização dos indivíduos.

Abordar, portanto, a questão da liberdade e da igualdade, em Tocqueville, é necessariamente falar de democracia. Essa preocupação fundamental é claramente expressa através de suas interpretações sociopolíticas, quando busca encontrar a possível coexistência harmônica entre um processo de desenvolvimento igualitário e a manutenção da liberdade. Ao elaborar esse conceito de democracia, Tocqueville acaba por apresentá-lo como um processo de caráter universal: democracia não seria, então, apenas um fenômeno que apenas surgiu e se desenvolveu em uma determinada nação, mas algo inevitável e mesmo providencial; democracia seria a própria vontade divina, realizando-se na história da humanidade. Assim, ela “é universal, durável, e todos os acontecimentos, como todos os homens, servem ao seu desenvolvimento”.⁶⁶ Esse é, portanto, o eixo fundamental para se entender o significado de democracia para Tocqueville: a existência de seu processo igualitário, como se fosse uma lei necessária para se compreender a história da humanidade, sem nunca descuidar da liberdade.

Este autor vê no desenvolvimento democrático dos povos dois grandes perigos possíveis de acontecer: o primeiro seria o aparecimento de uma sociedade de massa, permitindo que se realizasse uma Tirania da Maioria (horror do pensamento liberal); o segundo seria o surgimento de um Estado autoritário-despótico. Contudo, apesar de esses perigos aparecerem como as piores ameaças para o desenvolvimento da democracia no mundo moderno, Tocqueville procura mostrar como eles podem ser evitados. Se, por um lado, a atividade política dos cidadãos pode impedir que tais fenômenos ocorram, por

⁶⁶ TOCQUEVILLE, Alexis. **A Democracia na América**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Cultural, 1996. t. 1, v. 1, p. 197.

outro lado, a existência e a manutenção de certas instituições pode dificultar bastante o surgimento de um Estado autoritário e mesmo de uma sociedade massificada.

Tocqueville, da mesma forma que Smith, condena a centralização do poder nas mãos do Estado. Este não deve decidir sozinho sobre todo assunto público, e sim deve ter suas funções administrativas limitadas. Tocqueville vai além quando propõe que a fraqueza do exercício da cidadania permite que se aceite mais facilmente o desenvolvimento da centralização, o que normalmente leva à maior concentração de poder do Estado. Assim, se a cidadania que não se ocupa de coisas públicas se aliar a um crescente aumento do poder do Estado, chegar-se-á facilmente a um Estado despótico. Todavia, a existência de instituições que desenvolvam a descentralização administrativa ou que levem os cidadãos a se associarem para defender os seus direitos obriga de alguma forma a maior participação por parte dos cidadãos; igualmente a permanência de uma Constituição e leis que possam garantir a manutenção das liberdades fundamentais ajudam na convivência do processo igualitário com a liberdade. Tocqueville acrescenta que

“é a própria igualdade que torna os homens independentes uns dos outros, que os faz contrair o hábito e o gosto de seguir apenas a sua vontade em suas ações particulares, e esta inteira independência de que gozam, em relação a seus iguais, os predispõe a considerar com descontentamento toda autoridade e lhes sugere logo a idéia e o amor da liberdade política”.⁶⁷

⁶⁷ *ibid.*, p. 295.

Portanto, embora as instituições de caráter liberal possam ajudar na manutenção das liberdades fundamentais, é na ação política dos cidadãos que está posta a garantia de sua real existência na democracia; isso porque o verdadeiro sustentáculo da liberdade, segundo Tocqueville, está posto na ação política dos cidadãos e na sua participação dos negócios públicos. O que nos remete à proposição de que o Estado precisa ter suas funções limitadas ao máximo e de que o melhor governo é aquele que menos governa pois, segundo Bobbio para Tocqueville “o bom governo não se julga pelo número grande ou pequeno dos que o possuem, mas pelo número grande ou pequeno das coisas que lhe é lícito fazer”⁶⁸.

Como já foi dito anteriormente, o pensamento liberal é hostil a armamentos e a Exércitos permanentes, regulares e com grande poderio militar. Tais coisas, segundo esta tradição de pensamento, são uma ameaça tanto para a paz democrática, quanto para a liberdade. Dessa forma, quando trata da questão da relação entre civis e militares, Tocqueville alerta para a ameaça que o exército representa para as democracias. Mesmo admitindo que

“a igualdade de condições e os costumes, como as tradições que deles derivam, não furtam os povos democráticos à obrigação de manter um exército, e os exércitos sempre têm grande influência sobre o destino dessas nações. É portanto, necessário conhecer os instintos naturais dos que os compõem”.⁶⁹

Ele nos alerta para o fato de que nos exércitos democráticos o oficial não possui outros bens, salvo seu salário, e este só aumenta em caso de

⁶⁸ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998. p. 58.

promoção. Como em tempos de paz a promoção é mais lenta, e o número dos postos naturalmente oferecidos é limitado, ninguém pode fazer progressos rápidos dentro de um exército democrático. “Chegamos, assim, a esta conclusão peculiar que, dentre todos os exércitos do mundo, os que desejam mais ardentemente a guerra são os democráticos e que, dentre os povos, os que mais amam a paz são os povos democráticos”.⁷⁰ Nota-se, então, que devido a predisposições opostas da nação (paz) e do exército (guerra), a permanência de um exército faz pesar grandes perigos sobre as sociedades democráticas. Para remedir esta situação, Tocqueville sugere a diminuição do efetivo do exército, “afinal de contas, um grande exército no seio de um povo democrático, sempre será um grande perigo; e o meio mais eficaz de diminuir esse perigo será reduzir o exército”.⁷¹

Por fim, é possível propor que o pensamento liberal de Tocqueville e sua visão de política passam necessariamente pelo dilema democrático da harmonia da igualdade com a liberdade e, acredita que os cidadãos devam estar sempre alerta e ativos na defesa da liberdade individual – conceito máximo para o liberalismo.

Seguindo ainda nessa tradição liberal de pensamento, J. S. Mill - que é por muitos considerado o grande representante do pensamento liberal democrático – vem reforçar as idéias de Smith e Tocqueville, especialmente no que tange ao individualismo e ao papel do Estado. De certa forma, a obra de Stuart Mill pode ser tomada como um compromisso entre o pensamento liberal

⁶⁹ TOCQUEVILLE, A. op. cit. , p. 298.

⁷⁰ *ibid.*, p. 303.

e os ideais democráticos do século XIX. O fundamento deste compromisso está no reconhecimento de que a participação política não é e não pode ser encarada como um privilégio de poucos. E está também na aceitação de que, nas condições modernas, o trato da coisa pública diz respeito a todos. Daí a preocupação de Mill em dotar o Estado liberal de mecanismos capazes de institucionalizar esta participação ampliada.

Em Mill a ampliação da liberdade, através do aumento da participação política, não significa apenas acomodar-se ao inevitável. A incorporação dos segmentos populares é para ele a única via possível para salvar a liberdade. O voto, que não é entendido como um direito natural, é uma forma de poder, que se deve ser estendido para que todos os cidadãos possam defender seus direitos e interesses no mais puro sentido que o liberalismo atribui a esta expressão:

“Os governos governantes e as classes governantes têm a necessidade de levar em consideração os interesses e desejos dos que exercem o direito do voto; mas os interesses e os desejos dos que não o exercem está a seu critério atendê-los ou não, e, por mais honestamente intencionados que sejam, geralmente estão ocupados demais com o que devem levar em consideração para terem tempo para se preocupar com o que podem negligenciar impunemente”.⁷²

Entretanto, é importante ressaltar que como liberal, assim como Tocqueville, Mill teme a tirania da maioria (tanto quanto a da minoria) pois, esta também coloca em risco a liberdade dos indivíduos.

⁷¹ BOBBIO, op. cit., p. 305.

⁷² MILL, J. S. **Considerações Sobre o Governo Representativo**. Brasília: UnB, 1981. p. 89.

Em sua obra, Mill retém o princípio básico do utilitarismo, que vê no bem-estar assegurado o critério último para a avaliação de qualquer governo ou sociedade. Temos, assim, um modelo progressivo da natureza humana e um critério novo para a aferição de um bom governo: “O grau que ele tem tende a aumentar a soma das boas qualidades dos governados, coletiva e individualmente”.⁷³ E aqui se funda a utilidade da democracia e da liberdade. O governo democrático é melhor porque nele encontramos as condições que favorecem o desenvolvimento das capacidades do cidadão e lhe garantem liberdade:

“É um grande estímulo adicional à auto-independência e à autoconfiança de qualquer pessoa o fato de saber que está competindo em pé de igualdade com os outros, e que seu sucesso não depende da impressão que puder causar sobre os sentimentos e as disposições de um corpo do qual não faz parte. Ser deixado fora da Constituição é um grande desencorajamento para um indivíduo e ainda maior para uma classe (...) O efeito revigorante da liberdade só atinge seu ponto máximo quando o indivíduo está, ou se encontra em vias de estar, de posse dos plenos privilégios de cidadão”.⁷⁴

Para Mill, a liberdade não é um direito natural; como utilitarista ele recusa a teoria dos direitos naturais. Mas a liberdade também não é um luxo que interesse apenas a uma minoria esclarecida é, antes de qualquer coisa, o substrato necessário para o desenvolvimento de toda a humanidade. Segundo a trilha da tradição do pensamento liberal, a liberdade pela qual se interessa Mill é, segundo Bobbio, a “liberdade negativa”, ou seja, a liberdade entendida

⁷³ibid., p. 19

como situação na qual se encontra um indivíduo que não está impedido por qualquer força de fazer aquilo que deseja e não está constrangido a fazer aquilo que não deseja.⁷⁵

Trata-se para Mill, então, de formular um princípio à base do qual sejam estabelecidos, por um lado, os limites nos quais é lícito ao poder público restringir a liberdade dos indivíduos; por outro lado, e correspondentemente, o âmbito no qual os indivíduos ou grupos possam agir sem encontrar obstáculos no poder do Estado. Isto é, trata-se, então, de limitar a esfera privada, com respeito à esfera pública, de modo que o indivíduo possa gozar de uma liberdade protegida contra a invasão por parte do poder do Estado, liberdade essa que deverá ser a mais ampla possível no necessário ajustamento de interesse individual ao interesse coletivo. O objetivo a que se propõe Mill ao enunciar esse princípio é o de limitar o direito do Estado de restringir a esfera da liberdade individual apenas à esfera das ações externas, isto é, às ações com as quais um indivíduo, para satisfazer um interesse próprio, pode interferir no interesse de um outro.

Os princípios de Mill vêm reforçar o caráter individualista inerente ao pensamento liberal (como se sabe, sem individualismo não há liberalismo), e complementar a doutrina do Estado Liberal – proposta anteriormente por Smith e Tocqueville – que é, antes de qualquer coisa, uma doutrina dos limites do poder estatal e de defesa da liberdade individualista.

⁷⁴ Ibid., p. 79.

O Neoliberalismo

Depois de examinar as formulações clássicas da posição liberal, faz-se necessário estender a discussão (ainda que brevemente) às idéias Neoliberais, uma vez que estas vêm complementar a visão liberal da questão militar e ajudar, num plano mais geral, a compreender o problema colocado por este trabalho: a perspectiva da imprensa sobre a temática das Forças Armadas no Brasil.

Todas as idéias proposta pelo liberalismo clássico foram incorporadas, em maior ou menor grau, pelo neoliberalismo dos anos 90. Muitas proposições do pensamento liberal foram retomadas e reforçadas pelo neoliberal, especialmente no que diz respeito ao individualismo liberal, a defesa da redução do papel do Estado, a defesa da liberdade individual, a preocupação com o bem estar econômico e a hostilidade ao militarismo.

Segundo Perry Anderson⁷⁶ o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, isto é, fundamentalmente seu propósito era combater o keynesianismo e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo mais livre e com menos regras.

As idéias neoliberais passaram a ganhar terreno com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973 - quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas

⁷⁵ BOBBIO, op. cit., 1998.

de inflação – e desde então temos assistido a ascensão e hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. Esses dois processos (baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação) destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. “O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas”.⁷⁷

Na formulação hoje mais corrente, o liberalismo é a doutrina do “Estado Mínimo”. O Estado para o liberal é sempre um mal, mas é um mal necessário devendo, portanto, ser conservado embora dentro de limites os mais restritos possíveis: o Estado mínimo, embora sendo mínimo, é o Estado mais extenso que se possa conceber dentro do pensamento liberal. Em outras palavras, o que o neoliberalismo propõe a respeito do papel do Estado vem reiterar o que já havia sido posto pelo pensamento liberal clássico, que é a defesa de um Estado enxuto, normativo e administrador, que não interfira no funcionamento do mercado – já que sua intervenção, além de deformar o mercado e gerar inflação poderia solapar a liberdade.

O princípio liberal que é retomado pelo neoliberalismo é a preocupação com a economia e com o bem estar econômico. “A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a

⁷⁶ In SADER & GENTILI, 1996.

restauração da taxa ‘natural’ de desemprego”.⁷⁸ Com essa contenção dos gastos com bem-estar e enfraquecimento do alcance do Estado na área econômica seria assegurada a liberdade defendida pelo pensamento liberal e reiterada pelo neoliberalismo.

No que diz respeito aos assuntos militares a visão neoliberal também reitera a postura liberal já colocada. O neoliberalismo é, grosso modo, contrário a armamentos e a exércitos permanentes, pois estes representam uma franca ameaça a liberdade. Dentro desta lógica, se a organização militar mostrar-se necessária esta terá que refletir e incorporar em suas instituições princípios (neo) liberais e deverá, ainda, ter um relativo controle civil.

Segundo a ideologia neoliberal além de ameaçar a liberdade, manter Forças Armadas fortemente equipadas significa um gasto dispendioso e desnecessário. Os profissionais militares são considerados retrógrados, incompetentes, descuidados da importância da economia e, por isso, as despesas com eles são julgadas um desperdício.

Porém, vale dizer que esta posição defendida pelo neoliberalismo é insustentável nas potências mundiais, que são obrigadas a se guiar por políticas realistas e só podem seguir teoricamente a visão liberal no que diz respeito às questões militares. Entretanto, em países como o Brasil (onde as chances eminentes de guerra e as ameaças são quase inexistentes), os neoliberais podem se apresentar como defensores dos princípios clássicos do liberalismo – isto vem explicar seu antimilitarismo e ajudar a entender o tratamento que se dá às Forças Armadas.

⁷⁷ ANDERSON, Perry. *In* SADER & GENTILI. **Pós-Neoliberalismo, As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 11.

Esta breve, porém necessária, discussão sobre o neoliberalismo visa, sobretudo, mostrar que esta visão põe em questão conceitos estabelecidos da ordem internacional como a idéia de soberania e a própria concepção de Estado-Nação. No caso do Brasil, o caráter vertiginoso dessas mudanças afetou profundamente as Forças Armadas. Abaladas por uma série de medidas durante o governo Collor, elas ganharam algum tempo para respirar no período interino de Itamar Franco, para se defrontar novamente com o processo acelerado de integração do Brasil ao programa neoliberal durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Ameaçados por esses processos, muitas vezes os militares enxergaram numa parte da imprensa (que mais se aproxima da visão liberal) um cúmplice das supostas tentativas de anular a soberania brasileira, diminuindo o prestígio e a credibilidade de sua instituição fundamental.⁷⁹ Mas, enxergaram aliados em outra parcela da imprensa que, apesar da adesão às idéias neoliberais, reconhecem a importância das Forças Armadas como fator de ordem e afirmação da nacionalidade. A divisão dos órgãos de imprensa, que aqui serão analisados, entre visão liberal, mais especificamente neoliberal, e realista conservadora servirá como hipótese de trabalho para nossa explicação das diferenças de tratamento das questões militares presente na *Folha de S. Paulo* e no *O Estado de S. Paulo*. Esta influência das formulações clássicas e a visão que cada uma delas possui da questão militar, bem como a determinação destas no tratamento de assuntos relacionados às Forças Armadas serão mais bem trabalhadas nos capítulos seguintes.

⁷⁸ Ibid. p. 12.

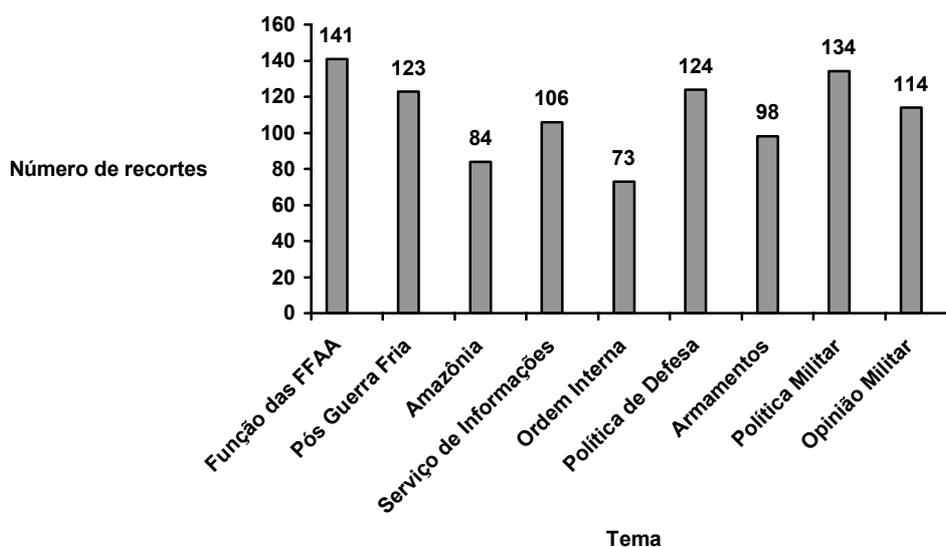
⁷⁹ Döring, 1992.

CAPÍTULO III – A COBERTURA JORNALÍSTICA DAS FORÇAS ARMADAS : O ESTADO DE S. PAULO e FOLHA DE S. PAULO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar a exploração e análise da cobertura jornalística do *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*, nos anos de 1995-1998. Com isso pretende-se verificar a hipótese central deste trabalho de que existem duas visões acerca da questão militar: uma *visão liberal* (cujas ênfases recaem na economia) e uma *visão Realista* ou *Conservadora* (cujas ênfases recaem na Segurança Nacional) e que essas visões influenciam e determinam o tipo de tratamento que os periódicos aqui analisados vão dar à temática das Forças Armadas no Brasil contemporâneo.

A pesquisa foi realizada a partir da análise sistemática de 997 recortes dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, onde buscou-se descrever a extensão e conteúdo dos textos trabalhados. A administração de técnicas específicas sobre o *corpus* da pesquisa para a análise dos resultados realizou-se através de técnicas de análise de conteúdo, já descritas no capítulo de introdução.

Gráfico 1. Distribuição de recortes por temas relativos às FFAA. . Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 1995 a 1998. Frequência parcial em uma amostra de 997 recortes.



O Gráfico 1 permite visualizar a distribuição do número dos recortes por temas ligados as Forças Armadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* nos anos que compreendem a pesquisa. Nele podemos observar como as questões vinculadas aos militares aparecem na cobertura dos jornais sob diversos temas: Função das FFAA, Pós- Guerra Fria, Amazônia, Serviço de Informações, Ordem Interna, Política de Defesa, Armamentos, Política Militar e Opinião Militar. Esses temas foram identificados nos recortes sobre a cobertura jornalística dos órgãos pesquisados.

Na cobertura do *O Estado de S. Paulo* sobre as Forças Armadas vamos encontrar alguns temas recorrentes que indicam que a visão conservadora ou realista com ênfase na Segurança Nacional, já extensamente apresentada no

capítulo anterior, influencia o tipo de tratamento que este jornal dedicou às questões militares no Brasil durante os anos de 1995-98. Os temas conservadores recorrentes no *Estado* são: cortes orçamentários, preocupação com a credibilidade funcional das FFAA e com questões que levam à insatisfação social dos militares, defesa da corporação militar, defesa das FFAA como fator de ordem e afirmação da nacionalidade, definição clara do papel e da função das Forças Armadas e segurança nacional.

Perdendo na comparação
Tomando-se como base o PIB de cada país, os gastos militares do Brasil são cinco vezes menores que os do Peru e representam menos da metade dos da Argentina

PAÍS	POPULAÇÃO em milhões de habitantes	EFETIVOS MILITARES	ORÇAMENTO em bilhões de US\$	PIB em %
EUA	257	1 729 700	277,0	5,3
GHINA	1 184	3 000 000	7,3	5,0
PERU	23	115 000	0,7	3,8
FRANÇA	57	411 600	35,8	3,4
CHILE	14	91 800	1,0	2,7
ITÁLIA	58	344 600	16,5	2,0
ESPANHA	40	200 700	6,5	1,7
ARGENTINA	33	70 800	2,0	1,7
MÉXICO	91	175 000	1,5	0,7
BRASIL	150	350 000	2,1	0,7

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 5/5/96

Vejamos, por exemplo, a questão dos cortes orçamentários. O jornal expressa em editorial de 05/04/94 que, ainda que se reconheça que não se pode voltar ao nível de participação orçamentária atingida no regime militar, as FFAA não suportam por muito tempo uma participação medíocre no orçamento, pois a manutenção de “sufocante insuficiência orçamentária” coloca

em risco a credibilidade funcional das Forças, impedem o preparo militar adequado e deterioram o moral militar. Ainda sobre a questão do baixo orçamento destinado as FFAA *O Estado de S. Paulo* aponta que a maior parte do orçamento militar se destina ao pagamento de pessoal e que

“O Exército já teve de fretar aviões de uma linha aérea privada para realizar exercícios. No final do ano passado [1997], os ministérios militares, com exceção da Marinha, funcionaram em regime de meio expediente, para economizar no almoço – ou rancho (...) O Brasil quer se projetar internacionalmente, quer ser membro permanente do Conselho de Segurança , mas não quer gastar com isso”.⁸⁰

Em artigo de 8/11/1996 o jornal critica o fato do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, não ter atendido totalmente aos pedidos militares de verbas alegando como justificativa que o governo estaria dando maior atenção à estabilização da economia e ao atendimento aos programas sociais, sem atender, por isso, plenamente às necessidades de reequipamento dos órgãos de defesa. Na reportagem “Forças Armadas se Modernizam” (6/5/98) *O Estado* defende a necessidade de se criar programas de reaparelhamento das Forças, em que os recursos seriam usados para a compra de suprimentos de logística, equipamentos de comunicação, material de engenharia e para informação.

⁸⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/12/98.

“O programa de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB) foi batizado de Plano Fênix, alusão à ave da mitologia egípcia que renascia das cinzas. A analogia não é exagerada: sem investimento desde 1987, a FAB passa pela pior fase de sua história”.



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 5/5/96.

Desta forma, o jornal deixa clara sua postura crítica em relação ao sufocamento orçamentário que foi imposto às FFAA que não apenas colocava sob ameaça a própria sobrevivência das instituições militares, mas também colocava em risco o bom funcionamento das Forças, impedindo o preparo adequado e deteriorando o moral militar.

A mesma tendência política realista-conservadora presente nas notícias sobre cortes orçamentários aparece também em todos os outros temas. O

Estado de S. Paulo, em várias matérias, alerta a opinião civil para um processo que ela não estaria considerando com a devida e necessária atenção: a crescente desvalorização da função militar e a falta de compreensão social quanto à necessidade de um projeto claro para as FFAA. A isso se acrescentariam os sinais de desassossego no que tange a tensões especificamente vinculadas à corporação, entre elas ele menciona a “insatisfação social dos militares” que surge devido aos constantes cortes orçamentários:

“O amesquinamento salarial, a falta de equipamentos, a ausência de perspectivas futuras afastam os mais abastados e os filhos da classe média, passando a carreira a ser procurada, com algumas exceções, por aqueles que vêm nela, entre outras motivações, a possibilidade, senão a única, de ascensão social”.⁸¹

Em “Passos para uma Política de Defesa Nacional” (26/6/95) o jornal destaca que no período que se seguiu o fim da Guerra Fria houve um grande descaso com as FFAA brasileiras por parte do governo. As Forças encontravam-se numa delicada situação orçamentária, profissional e material e o Executivo e o Legislativo não apresentavam definições indispensáveis como: qual linha estratégica deveria orientar seu preparo profissional e a que política de defesa deverão servir como instrumento de força do Estado Nação no regime democrático. Segundo o mesmo artigo, em decorrência dessas indefinições falta às FFAA uma identidade que possa ser percebida e

prestigiada pela nação, “(...) é tempo de superar o imprevisto e a imprudência que não disfarçam o pouco caso para com a área militar”.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97

⁸¹ O Estado de S. Paulo, 15/8/95.

Da mesma forma, no editorial de 11/10/97. o jornal ressalta que a carreira militar possui especificidades particulares e que a crise orçamentária, que vem de longe, abalou a coesão militar e fez com que muitos deixassem o serviço e passassem ao Congresso. Além disso, “fez com que suas fileiras deixassem de receber aqueles que sentem autêntica vocação de servir para abrigar os que vêm nela uma maneira de sair de uma situação social inferior - levando para dentro das corporações um tipo de ressentimento social que apenas trabalha contra a tranqüilidade nacional”. O mesmo texto aponta que há problemas organizacionais a serem resolvidos nas Forças Armadas e pretender “fazer delas o bode expiatório de administrações pouco preocupadas com a saúde do Estado é desconhecer as funções legislativas”. Acrescenta ainda que “a Câmara dos Deputados, ao reexaminar a emenda constitucional da Previdência Social, terá de resolver a questão dos militares que se tornou uma das questões capitais do Estado brasileiro”.

É evidente que o que se vislumbra nos textos do *O Estado de S. Paulo* é uma defesa da corporação militar. O jornal, colocando-se como aliado dos militares, reconhece as FFAA como fator de ordem e afirmação da nacionalidade. No editorial de 9/11/96 sobre a publicação da Política de Defesa Nacional, destaca que essa nova política ajudaria a superar as dificuldades surgidas com o fim do conflito ideológico, como por exemplo, a ausência de ameaças externas visíveis a enfrentar:

“A falta de ‘inimigos’ é sempre um problema grave para o planejamento militar, que precisa ser refinado para evitar a tentação simplista da fórmula das hipóteses de conflitos fixos. A política agora definida ajuda superar tais dificuldades, estabelecendo os parâmetros da inserção do Brasil no mundo e fixando o papel das Forças Armadas nesse esforço”.



Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 14/3/97

Acrescenta ainda que pela própria natureza do inédito documento aprovado pelo presidente FHC, bem como pelas condições financeiras do Estado brasileiro, “as FFAA terão que conformar com objetivos viáveis e escalas modestas, mas nem por isso dispensáveis”. Isto é, o jornal defende que, mesmo sem ameaças externas ou presença iminente de perigo, as FFAA são muito importantes na nova ordem mundial.

Em “O Congresso e a Política de Defesa” de 28/11/96, *O Estado* enfatiza que o Congresso deveria manter uma posição mais ativa e avançada na discussão dos temas de defesa. Para tanto, segundo *O Estado*, deveria superar três obstáculos:

“O primeiro é o da falta de interesse. São muito poucos os parlamentares que se ocupam com os problemas de segurança e defesa nacionais. A maioria ou não gosta ou não julga importantes tais assuntos. Muitos não querem perder tempo com o que, ao seu ver, não vende votos nem beneficia, de maneira imediata e visível, as suas bases. Esta visão imediatista do problema precisa ser contrabalançada pela compreensão de que a política de defesa e sua implementação são elementos essenciais da vida do Estado e da Nação”.

Desta forma, faz uma defesa das questões militares de segurança nacional, destacando que assuntos militares não devem ser deixados em segundo plano nem pelo Congresso, nem pelo governo.

Em outra reportagem sobre a nova política militar de Defesa Nacional, *O Estado* relata que esta política define as diretrizes de atuação de cada Força, e que pelas novas diretrizes “a maior prioridade do governo no setor passa a ser a Amazônia, onde persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros”.⁸² Esse cuidado em ressaltar a preocupação do governo com a questão da Amazônia evidencia, mais uma vez, a postura do jornal de encarar as questões militares como assuntos importantes; e que apesar da ausência de inimigos externos existem questões internas nas quais a atuação das FFAA é imprescindível (como a questão da Amazônia).

Em um artigo de 19/4/1996 o capitão-de-mar-e-guerra Wellington Liberatti criticava a apatia de alguns setores no que diz respeito a assuntos de Defesa Nacional:

⁸² “FH admite que pode criar Ministério da Defesa”, *O Estado de S. Paulo*, 8/11/96.

“Parece não existir, de parte da classe política e de segmentos intelectualizados da sociedade, nenhum interesse no que se refere à política de defesa ou às relações internacionais (...) É fundamental ter em mente que a concepção estratégica prevalente para países de recursos escassos é a de possuir meios capazes, não de derrotar o adversário, mas de impor um custo elevado à sua eventual opção militar, dissuadindo agressões e incentivando a solução pacífica das controvérsias (...) Os que contestam sua necessidade questionam, em geral, que, com o fim da guerra fria e o advento do Mercosul, o cenário se tornou favorável e a arma, desnecessária”.

Em outro editorial *O Estado* evidencia sua postura política quando defende a manutenção de FFAA bem equipadas mesmo frente à nova ordem mundial defendendo que um país não pode descuidar da defesa de sua soberania, de seu território, de seus valores e de seus interesses:

“O instrumento de sua defesa são as Forças Armadas, que devem estar equipadas e treinadas para cumprir as missões que a nação lhes confia. Tais missões, porém, devem ser cuidadosamente definidas tanto para que não se caia no erro de ter Forças Armadas que não atendam às necessidades mínimas do país, num determinado momento, quanto para evitar o erro oposto, que é o de se ter Forças Armadas desnecessariamente fortes e caras”.⁸³

⁸³ *O Estado de S. Paulo*, 1/1/98.

No artigo "Armas para que?" de 11/7/95 o periódico admite que um dos problemas dos militares está no fato de que na teoria, e na prática, as FFAA "já não são mais a corporação que sempre foram desde a Independência, passando a ser (ou devendo ser) um mero instrumento do Estado e, portanto de sua política externa". Mas por outro lado, afirma que o Exército é essencial na defesa das fronteiras e manutenção do *status quo* territorial:

"A função essencial das Forças Armadas é o serviço da segurança e da defesa, mesmo que a guerra externa seja apenas uma vaga hipótese. O Estado não cumpria sua função territorial (defesa da fronteira e manutenção do *status quo* territorial) se não tiver força armada em 'estado pronto' e com capacidade suficiente para fazer face às ameaças onde se apresentarem. Na conjuntura em que a América Latina vive, não se sabe nunca de onde pode vir a ameaça nem a forma de que se reveste; *ela existe sempre em potencial*. É para essa realidade: um país com dez vizinhos, alguns deles vivendo problemas difíceis que poderão afetar a segurança nas fronteiras, que a opinião pública deve ser alertada".

Com a mesma intenção de defesa da corporação, em "Sobrevivência ou sustentabilidade militar?" (2/1/95) o jornal destaca que os orçamentos curtos destinados às Forças as mantêm em situação de "sobrevivência sem objetividade". Segundo o artigo (assinado pelo almirante-de-esquadra da reserva Mário César Flores) alguns setores da sociedade tendem a questionar o papel clássico das FFAA

“no mundo novo em que assuntos até agora internos estão reduzindo a distinção entre segurança internacional e interna e acrescentando à missão do soldado-cidadão de defensor da soberania e fronteira, a de soldado-policial da ordem da interdependência econômica e financeira. Em que os conceitos de soberania e fronteiras absolutas e os geopolíticos tradicionais perdem terreno para os rearranjos internacionais. Em que as guerras de massa do século 20, com suas campanhas de atrição em terra, mar e ar, são hoje inverossímeis – do que resultam estarem obsoletos alguns parâmetros do preparo militar dos últimos cem anos”.

Alerta que esta situação produz na opinião pública apatia e ignorância pelas questões de defesa, que “nos últimos anos vem adotando tons de alienação psicótica”. Defende ainda a necessidade de se produzir respostas para as dúvidas e construir mudanças capazes de instruir um projeto institucional adequado à nova era estratégica e de melhorar a competência e a credibilidade institucional, indispensáveis à alocação de recursos para o preparo militar.

Em artigo de 9/4/98 *O Estado* defende que o papel dos militares não é bem compreendido pela sociedade em geral, que, assim, não os valoriza, tendo como resultado a escassez de equipamentos e recursos humanos que necessitam. Em vários outros artigos, reportagens e editoriais o jornal tem demonstrado empenho na defesa da corporação e das questões militares.⁸⁴

⁸⁴ Ver por exemplo: “Apenas um bom começo” (editorial de 3/12/96), “Saída de cena” (artigo de 26/12/98), “Militares reclamam tratamento especial” e “Militares têm problemas iguais aos dos civis” (reportagens de 13/1/95 e 6/11/98 respectivamente).

De acordo com o jornal, a míngua de recursos, incapaz de ganhar o apoio da sociedade, os militares defrontam-se com uma ameaça que não provém estritamente da ordem política interna. Ao contrário, é do exterior que chegam não apenas as idéias neoliberais de redução do orçamento estatal como as mudanças que propiciaram o surgimento do ultraje maior para as FFAA: a tese de redução do aparato militar e de sua adaptação a tarefas que elas consideram degradantes, como o combate ao narcotráfico e contenção de greves, por exemplo. Em matéria de 14/12/98 *O Estado de S. Paulo* ressalta que o terreno dos militares é a preparação para a guerra, mas que a realidade brasileira impõe à corporação outras missões além dessa.

“A legislação define três tarefas para as Forças Armadas: a defesa externa; a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; e as chamadas atividades subsidiárias. Das três, a mais importante para os militares é que tem menos apelo para a opinião pública: a defesa externa. Os militares existem para a guerra. Sua missão precípua é defender o país das ameaças externas. Mas o papel da defesa externa tem exercido pouco apelo, na falta de ameaças ostensivas à integridade do país. A ausência de ameaças comprime o orçamento da defesa, ao mesmo tempo em que desvia os militares de seu ofício: o preparo para a guerra. *A missão menos importante, do ponto de vista dos militares, é aquela à qual os civis dão mais valor: as atividades subsidiárias*” (grifo meu).

De acordo com a mesma matéria, as precariedades sócio-econômicas do Brasil levam os militares a servir de “tapa-buraco”⁸⁵ numa série de tarefas não pertinentes a sua profissão, como a assistência à saúde pública, transporte, resgate, socorro em desastres naturais, apoio à polícia e outras quem em países desenvolvidos, são executadas por órgãos civis.

“Recentemente, o ministro da saúde José Serra pediu a seu então colega do Exército, Zenildo de Lucena, apoio logístico e de pessoal na campanha de prevenção contra câncer do colo do útero. Não houve como negar, para desanimo dos oficiais: *‘Não fomos treinados para isso’*”.

Na reportagem “Desprestígio leva à ‘angustia’ das Forças”, de 20/12/98, sobre o mesmo tema de delegação de missões subsidiárias às FFAA o jornal revela que, diante das dificuldades da polícia em reprimir o narcotráfico, é comum ouvir opiniões segundo as quais as Forças Armadas poderiam engajar-se em seu combate, especialmente na fronteira. “Os militares são unânimes em rejeitar esse encargo. *‘Não somos polícia’*, repetem”. Segundo o periódico, militares são treinados para matar o inimigo e destruir alvos, em linhas de confronto reconhecíveis; não para investigar e prender. As FFAA, quando solicitadas, dão apoio logístico a operações policiais na fronteira e, ainda assim, dentro do que julgam suas possibilidades. Sempre que a capacidade da

⁸⁵ Entre as atividades assim denominadas pelo jornal encontramos: contorno de crise na Polícia Militar, conflitos entre proprietários de terra e membros do MST, distribuição de água no sertão, distribuição de cestas básicas, combate a dengue, combate a incêndios, reforço para garantir que nas comemorações de dois anos do Massacre de Eldorado do Carajás não houvesse conflitos, campanhas na área da saúde (como AIDS e câncer do colo do útero).

polícia de enfrentar uma ameaça à ordem pública for considerada esgotada, como ocorreu na greve da PM de Minas Gerais, em agosto de 1997, as Forças Armadas poderão ser convocadas, com base no artigo 142 da Constituição.

“De um lado, a tarefa de zelar pela lei e a ordem encaixa-se problematicamente no modelo de Exatidão de Direito, na opinião dos críticos, e nela os militares se sentem publicamente expostos. De outro, a atividades subsidiárias drenam energia dos militares e representam um fardo operacional. Mas, no quadro de desprestígio das tarefas de defesa externa, essas atividades acabam vistas como reforço para evidenciar a utilidade e a relevância das FFAA. ‘Nós nos isolamos por muito tempo, nos recolhemos’, diz um coronel do Exército. ‘Precisamos mostrar quem somos’. O isolamento nutriu preconceitos de ambos os lados, ‘isso precisa mudar’. Em qualquer caso, ‘as Forças Armadas estão tranqüilas. Não estão satisfeitas nem acomodadas, mas dedicadas’”.

De igual maneira, no artigo “Militares ainda ocupam campos dos civis” (14/12/98), *O Estado* explica que os militares não têm de tapar-buracos, pois se a polícia ou qualquer outra instituição é fraca “é preciso reforçá-la, e não substituí-la pelos militares”; as Forças Armadas não devem partir para a execução rotineira de tarefas tipicamente civis. O artigo conclui que “a precariedade do Estado noutras áreas dificulta a definição do papel das Forças Armadas (...) Órgãos eficientes, executando trabalhos que não têm nenhuma

relação com a defesa do país e, portanto competem aos civis, permitiriam as FFAA concentrar-se na sua tarefa precípua: *o preparo para a guerra*".

Na reportagem "A segurança comum" (11/10/96) o jornal ressalta que, apesar da insistência dos EUA no envolvimento das FFAA no combate ao narcotráfico, os militares continuarão apenas fornecendo apoio logístico às polícias, "estas sim instituições apropriadas para coibir o narcotráfico". Isto explicita mais uma vez a tendência política um pouco mais conservadora do *Estado* no que diz respeito em aceitar as idéias neoliberais de realocação das FFAA em atividades secundárias e na defesa da definição do que é especificamente militar do que cabe à segurança pública.

Na mesma linha de raciocínio em "Defesa e Diplomacia", *O Estado* revela que se tornou um hábito dos governantes requisitar oficiais das Forças Armadas para resolver problemas e efetivar projetos, "sempre que se percebe a carência qualitativa do pessoal que naturalmente deveria ser encarregado da tarefa". A polêmica de se delegar as FFAA atividades secundárias é ainda discutida em vários outros textos do *Estado*.⁸⁶

Ainda de acordo com a cobertura do jornal, o Brasil deve examinar com cuidado as idéias que atribuem às suas Forças Armadas "papéis auxiliares", pois a redução da clássica função de defesa equivale, na prática, "à adoção de um modelo que outorga a defesa de um país à outra potência, geralmente a

⁸⁶ Ver as reportagens: "Passos par uma política de defesa nacional" (26/6/95), "FHC admite que pode criar Ministério da Defesa" (8/11/96) e "Brasil inicia, em 98, plano de defesa que vai até 2002" (15/6/97). E os seguinte artigos: "A questão militar" (28/10/96), "Política militar e desmilitarização dos serviços" (7/2/98) e "O sinal evidente da crise" (24/4/98).

uma grande potência, ou uma organização alicerçada em torno da grande potência”. Dando voz às reivindicações militares *O Estado* acrescenta:

“Os militares criticam a tendência a reconhecer na globalização/neoliberalização uma relativização do papel do Estado e uma redução da soberania. Embora não se manifestem contra a ‘moda do mercado’, como definiu um general, preocupam-se com o aspecto de exercício de hegemonia que ele pode assumir. O Estado e a soberania, da qual as Forças Armadas são guardiãs, são conceitos absolutos para eles”.⁸⁷

Na reportagem “Pasta da Defesa terá definição em março” (14/1/98), o periódico demonstra novamente sua preocupação com a soberania nacional:

“(…) a nova pasta terá um ‘modelo brasileiro’, sem seguir fielmente nenhum projeto de outro país. Pelo modelo os Ministérios do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e o EMFA serão transformados em comandos de área, subordinados ao ministro da Defesa (...) Até mesmo a interferência do ministro da Defesa nas Forças Armadas atenderá às peculiaridades brasileiras”.

De igual maneira no artigo “Peculiaridades brasileiras” (16/9/97) *O Estado* ressalta a tradição de autonomia das Forças e revela a falta de

⁸⁷ *O Estado de S. Paulo*, 14/12/98.

interesse do pensamento político e da sociedade por assuntos de segurança e soberania nacional.

Em outro artigo sobre o mesmo tema de soberania nacional o jornal destaca o fato das FFAA brasileiras terem sido capazes de resistir às pressões americanas de realocação das atividades militares no combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao terrorismo. As Forças “repudiaram essas ‘novas missões’ porque desde cedo perceberam que aceitá-las equivaleria, a médio prazo, à sua transformação em milícias e, ao longo prazo, à entrega das respectivas defesas nacionais ao guarda-chuva americano”.⁸⁸

Segundo o almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal, em entrevista para o jornal, no caderno especial "Os Militares" de 14/3/98:

“Sem dúvida, o combate ao crime organizado parece, desde logo, a tarefa mais subsidiária mais apropriada às forças armadas, pelas semelhanças que apresenta com suas tarefas específicas. Nada é mais falso, porém. Num país democrático, as forças policiais são preparadas para deter suspeitos e encontrar evidências que levem à condenação deles pela justiça; a força da polícia decorre da legitimidade de sua autoridade. Os militares, pelo contrário, devem estar preparados para eliminar os inimigos, usando todo o seu poder de fogo; por esta razão, sempre que intervêm em assuntos de alçada da polícia, choca, a opinião pública com os seus métodos, decorrentes do tipo de treinamento a que são submetidos. Se os militares forem treinados com o mesmo grau de restrição com que são preparadas as forças policiais,

⁸⁸ *O Estado de S. Paulo*, 1/1/98.

terão o seu desempenho comprometido nas condições reais de combate”.

Nesse quadro, entende-se a preocupação militar em ganhar aliados na sua luta para preservar a corporação. Segundo o artigo "Seguridade Nacional": “Quanto aos civis, sobretudo os políticos, é preciso que eles superem a apatia ou o repúdio tradicional e se interessem por temas de defesa”.

Assim, o jornal *O Estado de S.Paulo* parece ter aderido à integração do Brasil ao ideário neoliberal sem perder de vista a importância das Forças Armadas como fator de ordem e afirmação da nacionalidade. Exemplo disso é seu tratamento recente da temática da vulnerabilidade da Amazônia e a instabilidade de países fronteiriços, como a Colômbia.⁸⁹ Para o jornal, o Exército é a “última linha de defesa na ordem interna”, em caso de graves perturbações da ordem, cabendo a ele, por preceito constitucional, interpor-se para evitar o acirramento dos ânimos e restaurar a ordem, *depois de esgotada a capacidade de atuação aos meios à disposição das autoridades (O Estado de S. Paulo, 26/06/1995)*.

Para se viver em segurança e estabilidade é preciso que o processo político-democrático funcione com sucesso, mas é preciso também que as FFAA sejam bem organizadas e eficientes. Segundo o periódico, é fundamental que haja um projeto de modernização e adaptação das Forças aos novos tempos, defendendo que um país moderno deve ter FFAA adaptadas, modernas, perfeitamente enquadradas a regularidade da vida democrática e respondendo as novas demandas. Para tanto, reafirma a necessidade de

reequipar e modernizar a corporação. Essa idéia fica explicita em “Governo quer ressuscitar indústria bélica nacional” (4/8/97), quando o jornal apóia a proposta do governo de reativar a industria bélica nacional “intensificando as exportações, melhorando a qualidade tecnológica dos produtos e garantindo o suprimento básico das Forças Armadas”. De acordo com a reportagem, o general-de-exército Armando Luiz Malan de Paiva Chaves, encarregado da reestruturação da Imbel (Indústria de material Bélico do Brasil), defende que “a Imbel existe para dar um mínimo de equipamento de defesa às Forças Armadas brasileiras. Munição é necessidade básica para ter independência”.

Com a mesma intenção no artigo “A compra de armas” (7/8/97) o jornal mostra-se simpático ao decreto do presidente – recebido com reservas pelos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara - que dispensava a licitação para compra de armamentos e contratação de serviços técnicos especializados, inclusive na área de inteligência.

“Nada justifica a resistência inicial oposta por alguns parlamentares da oposição ao decreto presidencial que dispensa a licitação para compra de armamentos (...) O presidente Fernando Henrique Cardoso nada mais faz, assinando esse decreto, que dar apoio legal a uma prática que é comum no mundo inteiro. E é comum não por imitação, mas porque a lógica interna do processo de reequipamento de compras militares assim impõe”.

⁸⁹ *O Estado de S. Paulo*, 14/03/1998.

Em outra reportagem sobre o mesmo assunto, *O Estado* destaca que o decreto presidencial que permitiu a dispensa de licitação de material bélico e contratação de serviços técnicos especializados tornou viável a execução dos chamados “projetos especiais” das FFAA. De acordo com o jornal a Marinha, aproveitando a dispensa de licitação, adquiriu equipamentos e contratou técnicos para o desenvolvimento do protótipo do submarino nuclear. Também a Aeronáutica estava tentando obter dispensa de licitação para modernizar 45 caças. Ainda segundo a reportagem,

“o decreto protege, além da segurança nacional, os segredos dos fabricantes. Sem o decreto, informações sigilosas referentes a características de equipamentos teriam de ser tratadas publicamente – o que não interessaria aos fornecedores. Empresas tradicionais do mercado deixam de participar de processos licitatórios, uma vez que dados técnicos à disposição de todos, inclusive dos demais fabricantes”.⁹⁰

A mesma reportagem traz texto relatando a necessidade de desenvolvimento do programa de reaparelhamento das Forças Armadas, alegando que com equipamentos sucateados há anos, as FFAA do país estarão distantes da modernização “mesmo se o exército, a Marinha e a Aeronáutica usarem todo o orçamento deste ano em reaparelhamento bélico. O último lote de aviões de caça de alta tecnologia, por exemplo, foi comprado em 1973”. Esse destaque para a necessidade de reequipamento da

⁹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 8/8/97.

corporação militar e da modernização das Forças pode ser observado também em inúmeras outras reportagens, artigos e editoriais do *Estado*.⁹¹

Na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* sobre a temáticas das Forças Armadas, também encontramos alguns temas recorrentes. Porém, diferentemente do caso do *O Estado de S. Paulo*, eles evidenciam uma grande simpatia e adesão por parte do jornal à visão liberal - cuja ênfase recai na economia política. Como já foi assinalado no Capítulo II, todas as idéias propostas pelo liberalismo clássico foram incorporadas, em maior ou menor grau, pelo neoliberalismo dos anos 90. Muitas proposições do pensamento liberal foram retomadas e reforçadas por esta corrente de pensamento, especialmente no que diz respeito: à defesa da redução do papel do Estado (e conseqüentemente das Forças Armadas); a defesa da liberdade individual; a hostilidade ao militarismo e a manutenção de exércitos permanentes - pois estes representam uma franca ameaça a liberdade. Dentro desta lógica, se a organização militar mostrar-se necessária esta terá que refletir e incorporar em suas instituições princípios (neo) liberais – ou seja, deverá ser o mais “enxuto” possível - e deverá, ainda, ter um relativo controle civil. A influência desta perspectiva liberal é percebida na cobertura dos textos da *Folha de S. Paulo* no tocante as questões militares.

Os temas liberais recorrentes na *Folha* - que indicam que a visão liberal influenciou de forma crítica o tipo de tratamento dado às FFAA - são: defesa da

⁹¹ Ver por exemplo o artigo “O submarino do país emergente (19/4/96), e as reportagens “Brasil negocia compra de helicópteros dos EUA” (18/1/97), “Compras de armas exclui Conselho de Defesa” (7/8/97), “Decreto dispensa licitação para armamentos” (6/8/97) e “Militares debatem nova função após o fim da guerra fria” (1/5/98).

redução do Estado e conseqüentemente das Forças Armadas; hostilidade ao militarismo e a manutenção de Exércitos permanentes; organização militares com princípios neoliberais e com controle civil; questionamento da função e manutenção de FFAA no Brasil.

Vejamos, por exemplo, a crítica que o jornal faz, em artigo datado de 14/9/95, à insensibilidade da classe política brasileira que ainda não tinha definido uma política de Defesa nacional, alertando para o fato de que isto:

“abria espaço para que os militares continuem a decidir, corporativamente, o que seja melhor para o país. A sociedade civil não se preocupa pelas questões relativas à defesa nacional. Os intelectuais, ainda escarnidos pelos anos de ditadura militar, pouca atenção dedicam a estas questões, deixando às Forças Armadas o monopólio sobre temas que são da alçada civil. Os políticos, mais preocupados com os votos do que com a segurança do país, decidem conforme os ventos da opinião pública (...) A impotência do Estado não pode ser argumento para elas [as Forças Armadas] se auto-atribuírem missões”.

Nesse artigo, o jornal alerta para os riscos dos militares conseguirem autonomia para novamente agir como ator político. Segundo o mesmo artigo, a sociedade devia manter seu olhar atento e crítico sobre as FFAA para “impedir o corporativismo militar”, assumindo as preocupações da defesa nacional.⁹²

⁹² Ver também: “Comissão de Defesa é a menos prestigiada” (28/1/96)

No editorial “América Latina vive corrida armamentista” de 8/10/96 o jornal demonstra sua resistência ao militarismo quando relata que, sob o argumento de que precisam se reequipar as Forças Armadas da América Latina, em especial a do Brasil se envolveram numa infrutífera corrida armamentista. O editorial defende que antes de fazer qualquer gasto, “os militares deveriam se submeter a uma Política de Defesa Nacional” para que essa sim determine os gastos que são retamente adequados as Forças Armadas brasileira e “não se preocupar com vendas de armas que importe no desequilíbrio estratégico do continente”.

Outro indício que nos permite apontar a postura da *Folha* em relação encontra-se em “O que deve mudar nas Forças Armadas” (1/3/95), onde o periódico defende que as FFAA devem ser reguladas pelo poder civil, que não podem ter nem autonomia nem independência de objetivos estratégicos e de decisões acerca de suas funções. De acordo com a reportagem, com o fim da Guerra Fria surgiram condições mais favoráveis para a produção de reflexões críticas sobre o papel das Forças Armadas.

“A questão militar, que é em última instância a questão da utilização da força, encontra seu núcleo explicativo no conceito weberiano de Estado, definido como a instância que reivindica o monopólio legítimo da força e da utilização da violência. A aceitação deste conceito não pode confundir o monopólio da força com a autonomia das Forças Armadas no Estado (...) O Estado democrático, por definição, estabelece limites constitucionais na utilização do monopólio da força.

Disto decorre o princípio da subordinação das Forças Armadas ao poder legítimo”.

O artigo acrescenta ainda que no Estado democrático o poder político não é "algo a ser conquistado", mas é um "lugar a ser ocupado temporariamente por designação da sociedade". A administração e a decisão do uso da força pelo poder legítimo não pode implicar arbitrariedade:

“As possibilidades de sua utilização devem estar definidas na Constituição. O não equacionamento correto desta definição abre espaço para que um presidente eleito utilize a força para aplicar um golpe, ou que os militares o façam novamente”.

Aqui podemos apontar que tanto a *Folha* como *O Estado* possuem uma grande preocupação e defendem a elaboração de uma Política de Defesa Nacional clara, entretanto com motivações diferentes. Por um lado *O Estado de S. Paulo* acredita que com a criação dessa política o papel das FFAA seria mais claro e não mais lhes seriam atribuídas atividades secundárias (como o combate ao narcotráfico, por exemplo), e que muitas questões que afetam o moral militar e impedem o bom funcionamento da instituição seriam resolvidas - como a questão do orçamento, manutenção e reequipamento das tropas e salários, por exemplo. *A Folha de S. Paulo*, por outro lado, defende a criação de uma política de Defesa Nacional porque acredita ser necessário definir com clareza a função das FFAA para que essas se restrinjam a agir somente em

questões militares. Em outras palavras, ambos os jornais querem a criação de uma política de Defesa Nacional: um porque compreende as Forças Armadas como fator de ordem e afirmação da nacionalidade, saindo portanto na defesa da corporação; outro porque acredita que os militares não podem ter autonomia política e devem ficar sobre controle civil.

A posição da *Folha* em relação aos militares é, mais uma vez, evidenciada com um artigo de 12/4/95, quando o jornal defende a extinção de alguns privilégios dos militares, como a Justiça Militar dos Estados que julga crimes cometidos por policiais militares. “A Justiça Militar Federal pode ser mantida, mas para julgar somente crimes militares que devem ser conceitualmente definidos”. Em outro artigo de 21/4/95 apóia também a idéia de alteração da Constituição, suprimindo do artigo 142 a expressão que atribui as FFAA a garantia “da lei e da ordem”, pois “‘ordem’, a rigor, pode ser qualquer coisa acima da Constituição. Com isto defende a restrição da atuação das Forças apenas para a defesa externa e da integridade territorial do país e da garantia dos poderes constitucionais.

Sobre a questão da necessidade de reequipamento das FFAA, a *Folha* em reportagem de 2/2/95 ressalta que

“A questão não é saber quanto o país gasta com as Forças Armadas, mas para que – e em que quantidade – se necessita de soldados e generais, tanques e corvetas. Em quase meio século de Guerra Fria, as Forças Armadas brasileiras fizeram do combate ao chamado ‘inimigo interno’ sua principal atividade. Hoje a situação é outra”.

A reportagem aponta ainda para a realidade de que as armas brasileiras foram preparadas para os anos da Guerra Fria, quando se imaginava que a principal utilidade das FFAA na área externa seria funcionar como peça auxiliar do Estados Unidos num possível conflito com a União Soviética. “Hoje, quando essa hipótese desapareceu dos mapas de estratégia, ficou-se na situação de dispor de homens e equipamentos destinados a combater um inimigo que não existe mais”. O que faz com que, em outra coluna de 27/5/95, o jornal apresente aos seus leitores a seguinte indagação: “Faz sentido o Brasil possuir três armas com 300 mil homens apesar de não termos nenhuma ameaça militar a vista?”.

Também sobre esta questão a *Folha de S. Paulo* (12/1/95) destaca que, se necessários, os gastos militares devem ser de acordo com as possibilidades e adequações ao país:

“A valorização salarial e as exigências de equipagem tecnológicas das Forças Armadas devem ser encontradas no interior do Estado de Direito democrático, e de acordo com as possibilidades e carências do país, com a eliminação dos resquícios de tutela e autonomia militar sobre o poder político legítimo e sem pretensão salvacionista que freqüentemente alguns militares expressam”.

De igual maneira no artigo “Defesa de quem e de que?” (25/4/97), sobre a questão de compras de armas tecnologicamente avançadas, a *Folha* destaca:

“Armas para defesa! Defesa de quem? Não temos perspectiva de nenhuma guerra. A América do Sul é o continente mais pacífico da face da Terra. Há cem anos não temos nenhum conflito. O Brasil tem fronteiras com dez países, e com nenhum deles qualquer expectativa de confronto. Assim, é estranho falar de armas para defesa. Quem nos quer atacar? Quem nos quer invadir? Não há respostas (...) O que nos ameaça, e exige defesa são a pobreza, a miséria absoluta, a desintegração da sociedade”.

De acordo com o periódico, nos últimos anos uma conjunção específica de fatores internos e externos parece colocar o aparelho militar numa posição bem mais vulnerável quanto à sua capacidade de mobilizar recursos e de sensibilizar a opinião pública, o Parlamento e, principalmente, os meios de comunicação para seus objetivos e projetos. Os militares são vistos com desconfiança por parte significativa da população em razão da lembrança do passado recente e estão submetidos à intensa pressão internacional e sem uma mudança concreta que justifique sua existência num país premido por toda sorte de necessidades na esfera social e envolto de “verdadeiro anel de paz construído em torno do Brasil”.⁹³

Nesse novo panorama, a questão da função das FFAA passou a assumir um papel de destaque. De igual maneira, à idéia da própria necessidade das Forças Armadas, em seus moldes clássicos, no Brasil pós Guerra Fria passou a ser questionada. A *Folha* defende que nas Forças Armadas brasileira “existe gente demais e tarefas de menos” (*Folha de S.*

⁹³ *Folha de S. Paulo*, 8/11/96.

Paulo, 5/7/96)⁹⁴ e por isso há, por parte do ideário neoliberal, uma defesa por uma retração da capacidade de efetivo militar e a sua transformação em “polícias nacionais” incumbidas de combater o narcotráfico e zelar pela segurança pública, por exemplo.

A idéia de redução do efetivo, e conseqüentemente dos gastos, é abordada no artigo “O serviço obrigatório e o voluntário” (*Folha de S. Paulo*, 17/6/97), onde o jornal ressalta que, entre outras implicações, o fim do serviço obrigatório

“no plano social, significaria um alívio para as famílias que preparam os filhos para profissões de nível educacional superior, os quais não mais perderiam um ano escolar com o serviço obrigatório militar. Além do que muitas vezes o serviço obrigatório serve apenas de auxílio para a população carente que não tem emprego, fornecendo-lhe roupa, sapato e comida. Mas é esta a função das Forças Armadas?”.

A *Folha de S. Paulo* apresenta-se ainda simpática a qualquer proposta que pareça implicar na reconfiguração das Forças Armadas e na sua adaptação. Desta forma, no editorial “A arma das forças” (15/3/95) o jornal discute:

⁹⁴ Ver também: “Há gordura na tropa” (*Folha de S. Paulo*, 6/5/95).

“Hoje, como se as Forças Armadas se sentissem na obrigação de justificar sua existência de qualquer maneira, muitas vezes elas se envolvem em atividades que nada têm de militares. No Paraná, o Exército esta tocando um antigo projeto de uma ferrovia destinada a transportar soja pelo Estado. Um consórcio de empreiteiras privadas pediu 300 milhões de dólares por um trecho da obra. Constatou-se que dois batalhões de engenharia poderiam fazê-la por 200 milhões, e o negocio foi fechado. A obra caminha bem. Mas os trilhos do Paraná fazem uma pergunta: *o país necessita de Forças Armadas porque faltam trens para transporte de soja?*”.

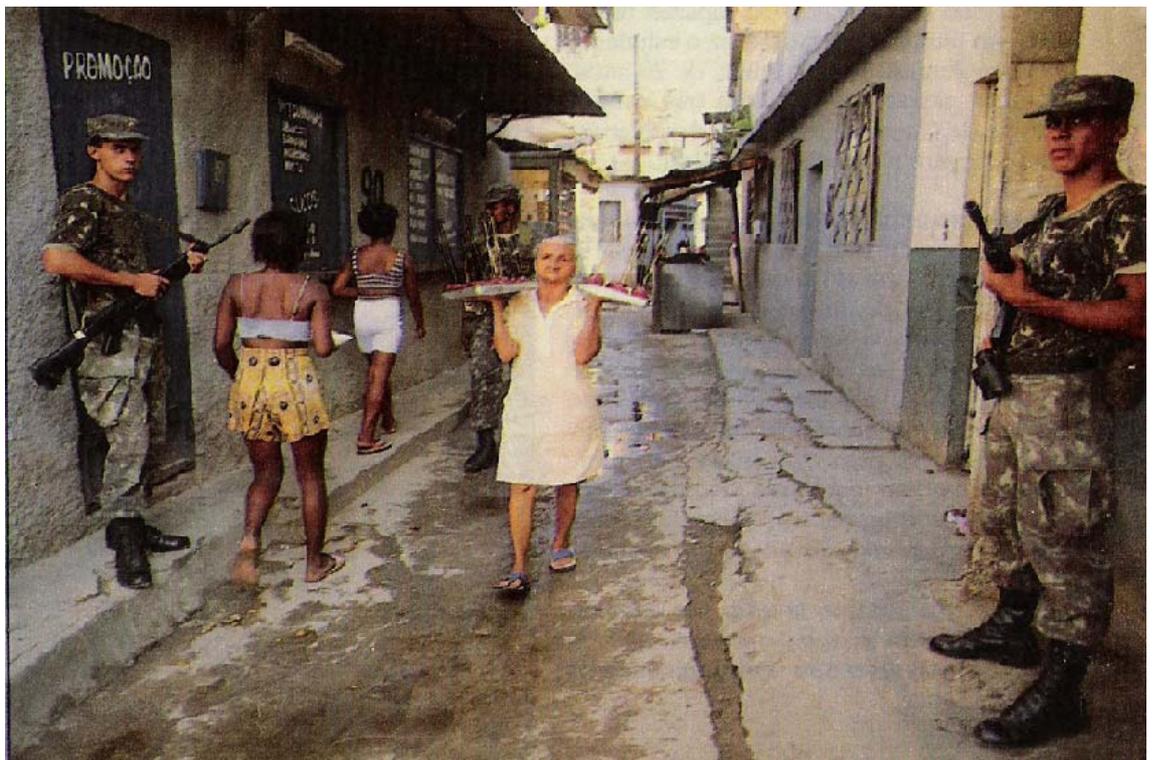


Batalhao de Engenharia em ação no Paraná: ferrovia 100 milhões de dólares mais barata

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 15/3/95

Acrescenta ainda:

“Há no Rio mais de 90 mil militares estacionados, e fazendo o quê? Não tem tarefas de segurança pública, nem de defesa externa. Ao mesmo tempo, temos problemas sérios de fronteira, como o tráfico de drogas, o contrabando, a fuga de foragidos da lei, e as Forças Armadas não são usadas para combater esse leque enorme de violações da lei”⁹⁵.



Fonte: *Folha de S. Paulo*, 15/3/1995

Assim, de acordo com a ótica da *Folha* os militares, órfãos de inimigos externos desde o fim da Guerra Fria, vêm sofrendo no Brasil a mesma sina dos seus correspondentes na maior parte do mundo: a transição para um plano

⁹⁵ *Folha de S. Paulo*, 26/09/95.

menos relevante na hierarquia das prioridades nacionais. Num mundo em que as ameaças são menores e mais localizadas, cortes nos gastos militares e desarmamento têm constituído a regra geral, colocando em questão o próprio papel das Forças Armadas. No editorial de 12/8/97 a *Folha* chama a atenção para a iniciativa das FFAA de buscar ampliar sua presença na Amazônia.

“Na reunião do Conselho de Defesa Nacional, os ministros da área militar afirmaram que tropas norte-americanas, em recentes exercícios na Guiana, invadiram o território brasileiro, e que os EUA poderiam estar estudando instalar uma base militar no país vizinho. Brandindo a suposta vulnerabilidade da soberania nacional (...) Note-se que é possível até que, dada a falta de uma divisória clara, soldados dos EUA tenham cruzado a fronteira brasileira. No entanto (...) se a Alemanha tem 160 mil soldados americanos e não acha sua soberania ameaçada, a Coréia tem 40 mil e não acha sua soberania ameaçada, *nós vamos nos sentir ameaçados por 160 cidadãos, ou 200, fazendo exercício na selva, provavelmente picados por mosquitos e cobras?*” (grifo meu).

Nesse quadro, o periódico considera "paranóia digna de riso" as preocupações militares com a Amazônia e considera que a idéia de envolver as FFAA no combate ao crime urbano não constituiriam “missões tão ruins assim. São tarefas que poderiam até treinar e enrijecer a tropa enquanto ela se prepara para uma guerra que nunca virá”.⁹⁶ O jornal vai ainda mais além, quando apresenta à sociedade civil as seguintes questões: “o país necessita

⁹⁶ *Folha de S. Paulo*, 26/02/1995.

de Forças Armadas? Se não existem para desempenhar o papel da polícia e muito menos para cuidar do trânsito, *para que servem os militares?*⁹⁷ Essa é a questão. De acordo com a mesma matéria, se existem para cumprir suas funções definidas na Constituição (como garantir a segurança externa e interna) sempre a pedido de um dos poderes constituídos, é certo que as Forças Armadas não são apenas mal remuneradas. Também gastam mal o pouco que recebem:

“Há gordura na cúpula. Em várias guarnições, encontram-se generais que desempenham tarefas de coronel. Sobram oficiais intermediários com funções quase que decorativas, repetindo para o escalão de baixo a orientação que receberam de cima (...) Se o Exército necessita de apenas 50 000 homens bem treinados para dar conta de qualquer emergência que possa surgir, por que mantém 235 000 soldados aquartelados? E por que o grosso do efetivo das três Forças se encontra nos grandes centros urbanos, quando todas definem a Amazônia como sua grande prioridade?” (grifo meu).

⁹⁷ Folha de S. Paulo, 02/02/1996. Grifo meu.



**As Forças Armadas estão mal distribuídas.
Há concentração excessiva de soldados
em algumas regiões, como o Rio de
Janeiro e Brasília, sem razão estratégica**

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 26/9/96

Por fim, ainda sobre a questão da função e do próprio futuro das Forças Armadas do país, a *Folha* defende a possibilidade de dotá-las de novas atribuições, uma vez que a tarefa constitucional de defesa da pátria parece simplificada com a nova ordem mundial.⁹⁸ “É uma questão que deve ser encarada com coragem e sem preconceitos; são escassos recursos da sociedade, afinal, os que financiam a atual estrutura militar”.⁹⁹

⁹⁸ Para este mesmo assunto ver: “Militares podem substituir PF em greve” (reportagem de 30/4/95), “É bom mandar o Exército às ruas?” (artigo de 15/6/98) e “Devem-se empregar as Forças Armadas no combate ao crime?” (artigo de 8/3/98).

Tabela 2. Distribuição de notícias relativas às FFAA por tipo de produtor. Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 1995 a 1998. Frequência e (%).

Produção de Notícia	JORNAIS	
	OESP	FSP
Editorialista	52 (10%)	21 (4%)
Articulista	29 (6%)	102 (6%)
Colunista	98 (20%)	66 (13%)
Jornalista	312 (63%)	317 (62%)
TOTAL	491 (100%)	506 (100%)

A Tabela 2, acerca da distribuição de notícias relativas à temática por função dos produtores de notícias nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1995 a 1998, demonstra que os principais produtores de notícias constituem-se de jornalistas, representando a produção de 62% no caso da *Folha* e no *Estado* de 63% das notícias, enquanto que, mesmo em conjunto, os articulistas, os colunistas e os editorialistas produzem um menor número das notícias, cerca de 37% na *Folha* e 36% no *Estado*. Ressalta-se ainda, o pouco espaço atribuído pelos jornais aos diversos atores sociais sob a função de articulistas, constatado pelo baixo percentual de notícias publicadas (20% na *Folha* e apenas 6% no *Estado*).

⁹⁹ *Folha de S. Paulo*, 12/08/1997.

Tabela 3. Distribuição de recortes relativos às FFAA por tema. Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 1995 a 1998. Frequência e (%).

ESTILO TEXTUAL	JORNAIS	
	OESP	FSP
Noticioso	312 (63%)	317 (62%)
Interpretativo	179 (36%)	189 (37%)
TOTAL	491 (100%)	506 (100%)

Abordou-se a questão relativa ao estilo produzido no volume total das notícias diretamente relacionadas à temática pela cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* e do *O Estado de S. Paulo*, uma vez que há uma diferença na maneira de abordar a temática pela forma de confecção textual. geralmente, os jornalistas elaboram e produzem textos denominados *interpretativos*. Os textos *noticiosos* caracterizam-se por serem oriundos das escolhas dos jornalistas quanto ao formato das matérias, as quais resultam na ênfase seletiva de determinados aspectos de uma realidade. Já os *interpretativos* operam em um nível mais específicos, constituindo-se em padrões de apresentação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, que incluem definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento, etc. Tais representações são promovidas por atores sociais diversos, geralmente externos à prática jornalística.¹⁰⁰

A Tabela 3, referente à distribuição de frequência de notícias sobre às FFAA por estilo textual das notícias publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, entre aos anos de 1995-1998, mostra que o estilo

textual predominante na cobertura jornalística constitui-se no noticioso, representando 62% das notícias no caso da *Folha* e 63% no caso do *Estado*, enquanto que 37% das notícias na *Folha* e 36% no *Estado* baseiam-se no estilo textual interpretativo, que se constitui no estilo de abordagem de assunto dos diversos atores (articulistas, colunistas e editorialistas) que expressam suas avaliações e percepções morais seguindo a perspectiva do jornal. Assim, a Tabela 3 segue reproduzindo a tendência, observada na tabela anterior, da predominância dos jornalistas na confecção e produção das reportagens relativas à temática. As notícias de teor noticioso tendem a predominar entre os jornais.

Tabela 4. Distribuição de freqüência de textos noticiosos sobre FFAA por valoração. Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 1995 a 1998. Freqüência e (%).

Valoração	JORNAIS	
	OESP	FSP
Positiva	38 (12,1%)	22 (6,9%)
Negativa	17 (5,4%)	49 (15,4%)
Neutra	257 (82,3%)	246 (77,6%)
TOTAL	312 (100%)	317 (100%)

A Tabela 4 revela a distribuição de freqüência de texto noticioso sobre as Forças Armadas, por valoração nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* nos anos de 1995-1998. Os dados revelam que a maior parte das notícias é dotada de neutralidade (77% na *Folha* e 82% no *Estado*), e que apesar dessa predominância os dados não deixam de demonstrar a tendência da cobertura jornalística de cada periódico: a *Folha* tem 15% de textos com

¹⁰⁰ Para uma discussão mais aprofundada no assunto, ver PORTO, 2002.

avaliação negativa e apenas 6% de avaliação positiva; enquanto que O *Estado* possui apenas 5% de textos com avaliação negativa contra 12% de avaliação positiva.

Tabela 5. Distribuição de frequência de textos interpretativos sobre FFAA por avaliação. Jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. 1995 a 1998. Frequência e (%).

Avaliação	JORNALIS	
	OESP	FSP
Positiva	126 (70,3%)	31 (16,4%)
Negativa	12 (6,7%)	101 (53,4%)
Neutra	41 (22,9%)	57 (30,1%)
TOTAL	179 (100%)	189 (100%)

A Tabela 5 mostra a distribuição de frequência de textos interpretativos sobre as Forças Armadas por avaliação nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nos anos de 1995 a 1998. ao visualizar a tabela percebemos que os dados confirmam a tendência, observada na tabela anterior, de que a influência das visões liberais e conservadoras determinam a avaliação da cobertura que cada jornal faz sobre a temática das FFAA. No caso do *Estado* 70% dos textos são favoráveis ao tema, e apenas 6% configuram com avaliação negativa. Já no caso da *Folha* 53% dos textos configuram com avaliação negativa e apenas 16% aparece com avaliação positiva.

Esses aspectos apontados pelas tabelas confirmam a tendência já apresentada, nesse mesmo capítulo, na análise dos recortes e vêm corroborar a hipótese central deste trabalho de que existem duas visões acerca da questão militar: uma *visão liberal* (cuja ênfase recai na economia) e uma *visão*

Realista ou *Conservadora* (cuja ênfase recai na Segurança Nacional) e que essas visões influenciam e determinam o tipo de tratamento que os periódicos aqui *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* vão dar à temática das Forças Armadas no Brasil no período de 1995-1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do tratamento dado pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, aos assuntos militares corroboraram a hipótese apresentada por este trabalho: que existem duas visões acerca da questão militar uma *visão liberal* (cuja ênfase recai na economia) e uma *visão Realista* ou *Conservadora* (cuja ênfase recai na Segurança Nacional), e que essas visões influenciaram e determinaram o tipo de tratamento que os periódicos analisados deram à temática das Forças Armadas no Brasil no período de 1995-1998.

Como foi visto no caso de *O Estado de S. Paulo* a visão realista conservadora, presente na ética militar, influenciou e determinou de maneira decisiva a forma com que este jornal tratou os assuntos relacionados aos militares no período de 1995-98. Fazendo com que este periódico mantivesse uma postura política mais conservadora, apesar da adesão as idéias econômicas neoliberais, e reconhecesse a importância das Forças Armadas como fator de ordem e afirmação da nacionalidade. Durante o trabalho de análise de conteúdo dos recortes do *Estado* foi possível identificar os temas centrais que se faziam presente nos textos, e que demonstravam a influência da visão política conservadora do periódico. Eram eles: sufocamento orçamentário imposto às Forças Armadas que ameaçavam à própria sobrevivência da instituição; preocupação com a apatia e descaso da classe política em relação as questões de política de defesa; insatisfação social dos militares; sensibilidade com as necessidades de reequipamento e

modernização defendido pelas FFAA e defesa, de uma forma geral, da corporação militar.

Desta forma, depois de realizado o trabalho de análise pode-se assim concluir, num plano mais geral, que *O Estado de S. Paulo*, mostrou-se economicamente liberal, mas politicamente conservador o que faz com que o jornal reconheça as Forças Armadas como fator de ordem e afirmação da nacionalidade.

É igualmente possível observar no caso do jornal *Folha de S. Paulo* que realmente existia uma simpatia e constante adesão deste periódico à visão liberal. Como foi demonstrado esta perspectiva liberal influenciou o tratamento reservado por este periódico no tocante as questões ligadas aos militares e as Forças Armadas de uma forma geral, no período que a pesquisa englobou. No caso deste órgão também foi possível traçar alguns temas que correntemente se encontravam nas suas reportagens, artigos e editoriais que delatavam sua influência liberal: defesa da redução do efetivo militar; hostilidade ao militarismo e a necessidade de reequipamento das Forças Armadas defendida pelos militares; defesa de uma verdadeira adequação das FFAA as necessidades e realidade brasileira; explicitação da não tradição bélica do Brasil e da ausência de perigo e inimigos externos e, por fim, da indagação da própria necessidade de manutenção de Forças Armadas.

Mais do que as tendências liberal e conservadora o que diferencia a cobertura de cada jornal nos anos 1995-98 é que a *Folha* mostrou ter uma visão desconectada dos assuntos militares e *O Estado*, por sua vez mostrou ter uma visão diretamente conectada com as FFAA. No caso da *Folha* isso se

explica, em grande parte, ao fato de que esse jornal vem de uma tradição liberal de pensamento. Entretanto, a conexão do *Estado* não se deve apenas ao fato de que ele não é liberal no que tange as questões políticas, mas sim de que ele mostrou ser um jornal que quando tratava de temas ligados às FFAA ele tinha uma ligação direta entre os setores de elite do Exército e sua linha editorial.

Deve-se ainda acrescentar - respondendo a última pergunta apresentada na introdução - que com o fim da Guerra Fria, o advento de políticas (neo)liberais e com o processo de amadurecimento da democracia as posições dos periódicos não mantiveram um *continuum* com o regime militar. Utilizando da conquistada liberdade de expressão os jornais e revistas puderam extravasar para a sociedade uma série de sentimentos contrários à corporação militar. Em alguns periódicos (como o caso da *Folha*), esse processo foi bastante evidente e ainda agravado pela influência da perspectiva neoliberal dos anos 90. No caso do jornal *O Estado de S. Paulo* esse revanchismo já não foi percebido com tanta evidência, pois, como já foi destacado, este aderiu à ideologia neoliberal sem deixar de reconhecer a importância das Forças Armadas.

Vale acrescentar também que além do alcance da hipótese de trabalho, pode ser apontado como conclusão desta pesquisa, o fato de que observou-se que a imprensa é um material de pesquisa valioso: ela registra, comenta e participa da história; é protagonista extremamente sensível dos processos de mudança social. Chegou-se a conclusão de que o estudo de jornais e revistas

enquanto fonte para a análise e interpretação do Brasil é de grande importância, pois, com ele, podemos acompanhar o percurso dos homens e das instituições através dos tempos. Por fim, parafraseando Goldenstein, os jornais são os casos mais difíceis de se analisar, mas são também, por isso mesmo, os mais fascinantes como objeto de estudo, pois são protagonistas extremamente sensíveis de um processo de mudança social, cujos efeitos repercutem diretamente sobre a vida de cada um de nós.¹⁰¹

Com o fim deste trabalho, acredito ser pertinente apontar rapidamente algumas perspectivas que se abriram a partir desta pesquisa. Durante a fase de redação desta dissertação - que retratou o tipo de tratamento que os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* deram às Forças Armadas nos de 1995-1998, bem como as influências que determinaram este relacionamento - me ocorreu que a idéia de observar "o caminho de volta" desta visão poderia dar um interessante projeto de pesquisa. Ou seja, estudar como os militares se vêem retratados pela mídia, como eles constróem sua visão a partir disso. De certa forma, num plano mais geral, já nesse trabalho foi introduzida um pouco essa idéia no Capítulo I (quando foi apresentada, de forma sucinta, a perspectiva militar sobre a imprensa) que depois amadureceu e veio a ser meu atual projeto de tese de doutorado. Abre-se portanto a possibilidade de se dar continuidade a este trabalho no sentido de que a pesquisa, que será

¹⁰¹ GOLDENSTEIN, G. T. (1987).

desenvolvida no doutorado, irá além na tentativa de esclarecer as estratégias militares de aperfeiçoamento de seu relacionamento que as Forças Armadas procuraram manter com a imprensa após o regime de exceção. Além disso, ela permitirá observar os pontos de encontro e desencontro da perspectiva que a imprensa tem dos militares, no presente trabalho apresentada, com a perspectiva que os militares tem da imprensa a ser desenvolvida no doutorado.

Anexo 1

Quadro 1. Recomendações para um bom relacionamento da Instituição Militar com a Imprensa.

Pontos Considerados	Recomendações
A INSTITUIÇÃO E A IMPRENSA	<ul style="list-style-type: none"> • A imprensa é um negócio. O objetivo da imprensa jornalística é o lucro. • Para o jornalista, os representantes da Instituição são fontes de informação. Para a Instituição são porta-vozes. A importância do “personagem” e da ousadia para divulgar a Instituição. • O jornalista tem as mesmas aspirações de qualquer profissional. • É, em geral, mais apressado e estressado.
PREMISSAS PARA O BOM RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA	<ul style="list-style-type: none"> • A exposição positiva da Instituição pela Imprensa potencializa seu investimento publicitário e valoriza sua mensagem institucional. • Mais que uma obrigação, o contato com a Imprensa é uma chance de promover a Instituição. • A Instituição é notícia, querendo ou não. A opinião pública não pode ser desprezada. • Uma política rotineira de portas abertas com a Imprensa ajuda na hora da crise. O noticiário da mídia normalmente é um dos principais fatores de pressão em tempos de crise. Mas se os jornalistas já forem receptivos à Instituição, podem tornar-se aliados. • Durante uma crise, não se deve romper o bom relacionamento com a Imprensa: o jornalista pode virar inimigo e a credibilidade da Instituição entra em xeque.
DICAS PARA UM BOM RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA	<p><i>No Dia-a-dia</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não improvise. Reúna informações, prepare uma pequena apresentação, responda a todas as perguntas, seja claro, use frases curtas e faça um pequeno resumo final. Teste seu entendimento com a Imprensa. • Não encare o repórter como um inimigo;

<p style="text-align: center;">DICAS PARA UM BOM RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA</p>	<p>ele pode ser seu melhor aliado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tenha como política atender os jornalistas. Quando não puder, justifique-se. • Instrua sua secretária sobre o encaminhamento dos jornalistas ao Serviço de Relações Públicas. • Apresente-se ao repórter, dê seu nome completo e sua patente e entregue-lhe seu cartão. • Para quebrar o gelo, ofereça água e café. Seja cordial, mas evite intimidade. • lembre-se que qualquer avaliação, julgamento ou posicionamento em relação a terceiros será creditado à Instituição. • O repórter sai da redação com um objetivo. Defina previamente os seus, ou ele conduzirá a entrevista. • Lista as idéias positivas da Instituição e procure colocá-las no decorrer da entrevista. Os repórteres precisam de boas frases para embasar ou intercalar informações na reportagem. • Nunca use a expressão <i>sem comentários</i>. Denota arrogância, gera antipatia. • Nunca dê declarações <i>off the records</i>. • Use frases curtas, seja natural e sincero, não rebusque as palavras, principalmente diante da câmara. E jamais segure o microfone. • procure marcar as entrevistas em horários adequados ao <i>fechamento</i> dos veículos de informação. Para os jornais diários, o melhor é o início da tarde. • Procure ter o máximo cuidado com as suas reações e seus desmentidos a erros e provocações da Imprensa. <p><i>Na Crise</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • O primeiro passo é informar a Assessoria de Imprensa. • Defina com clareza que informações devem ser divulgadas a cada momento. O silêncio dá espaço a boatos e leva o jornalista a outras fontes. • Informe que a Instituição tomou conhecimento do problema e está adotando as providências necessárias. • Não assuma responsabilidades, nem acuse ninguém. • Procure valorizar os aspectos positivos da atuação da Instituição na crise.
----------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>Ressalte seus cuidados e valores permanentes. Agradeça a colaboração de oficiais, das autoridades, de outras instituições e dos próprios jornalistas. De modo geral, durante a crise, evite usar o nome da Instituição nas entrevistas. Diga “instituição”, “entidade”, “nós” etc.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não seja evasivo ou agressivo. O que é publicado ou vai ao ar é sua resposta, não a pergunta que a provocou.
<p>DICAS PARA ENTREVISTA NA TV</p>	<p><i>A roupa</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Nas gravações de gabinete, o traje é o uniforme/farda. • Roupas escuras fotografam melhor. <p><i>Para onde olhar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • É uma conversa com o repórter, portanto olhe para ele. Esse negócio de olhar para a câmara é invenção brasileira e passa falsidade. • Há poucas exceções: olhe para a câmara só quando não for mais entrevista, mas uma declaração para o telespectador. <p><i>Tempo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Não dê respostas excessivamente longas. Dê oportunidade para novas perguntas. • Não dê respostas tão curtas que pareçam um bate-boca com o repórter. <p><i>Linguagem</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • procure frases de efeito e comparações para facilitar a compreensão e tornar mais atrativa a entrevista. <p><i>Números</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • A televisão detesta números. • Use só os muito importantes. • Os números devem ser arredondados. • Faça comparações para que as pessoas entendam o significado e a importância dos números. <p><i>Atendimento</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Seja educado e cortês com o repórter e a equipe, porém sem exagero. • Cuidado ao oferecer agrados e brindes. Repórteres podem interpretar como tentativa de suborno o que seria uma simples lembrança.
	<ul style="list-style-type: none"> • Evitar usar o nome da sua Instituição.

<p>RESPOSTAS SOBRE TEMAS POLÊMICOS OU NEGATIVOS PARA A IMAGEM DA INSTITUIÇÃO</p>	<p>Substituir por “a instituição”, “a entidade”, “nós” etc.</p> <ul style="list-style-type: none">• Evitar e, se possível, não usar expressões como “catástrofe”, “tragédia”, “crime”, “fraude”, “escândalo”, “golpe”, e outras com conotação semelhante.• Não assumir responsabilidades nem atribuir culpas a terceiros. Assinalar que a Instituição esta examinando, investigando e/ou adotando as providências cabíveis em cada caso.
------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: *Revista Marítima Brasileira*, 2ºT/ 2003. p. 55-61.

Anexo 2

6-10-96
Operação Militar

domingo, 6 de outubro de 1996 **brasil 1** 7

MILITARES *Ministros da Defesa se reúnem sob pressão por cortes*

Forças Armadas vão discutir seu futuro

de Suzana de Brás

Submetidos a uma intensa pressão dos seus governos em favor de certos crescentes nos orçamentos militares e da redução do contingente efetivo da tropa, os ministros da Defesa do continente reúnem-se a partir de hoje, em Santiago (Chile), para discutir o futuro das Forças Armadas.

No 25.ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, que prossegue até a próxima quarta-feira, os ministros vão discutir também formas de intensificar a participação nas operações de paz da ONU (Organização das Nações Unidas).

Apesar de a Argentina ter uma proposta no sentido de se criar na América do Sul um centro de treinamento para essas operações, a ideia deve cair no vácuo. Motivo: falida, a ONU tende a conter os gastos com as operações de paz — incluindo a avultada dívida no valor de US\$ 3 bilhões.

Nem mesmo em Angola, ex-colônia portuguesa na África, onde os acordos entre as flocos brancos são sistematicamente desrespeitados e a ameaça de retomada da guerra civil é uma constante, a ONU está interessada em manter a presença da Unavet 2 (terceira missão de verificação).

Argentina, Uruguai e Brasil integram a missão de paz em Angola. O Brasil tem 1.100 homens, o maior contingente.

A 24.ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas deve discutir com ênfase a necessidade de cada país ter a sua política nacional de defesa.

Preocupados com o investimento cada vez maior no social, os governos, principalmente os latino-americanos,

Benedito Leonel, ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas



estão olhando para as enormes e caras estruturas das Forças Armadas como mais uma fonte de corte para corteção de gastos.

Países como a Argentina, onde as Forças Armadas foram "excogadas", os militares tiveram os seus orçamentos reduzidos em até 50%, os ministros das Forças (Exército, Aeronáutica e Marinha) aglutinados no Ministério da Defesa, e o setor militar deixou de ser obrigatório.

Para reduzir os gastos mili-

tares, os países do Executivo estão exigindo dos chefes das forças que elaborem, junto com a sociedade civil, uma política nacional de defesa.

O Brasil será representado na conferência pelo general Benedito Leonel, ministro-chefe de País (Estado-Maior das Forças Armadas), pelo secretário-executivo de Itamaraty, Sebastião do Rêgo Barros, e pelo secretário Rogério Sardenberg, de São (Secretaria de Assuntos Estratégicos).

Fonte: Folha de S. Paulo, 6/10/96.

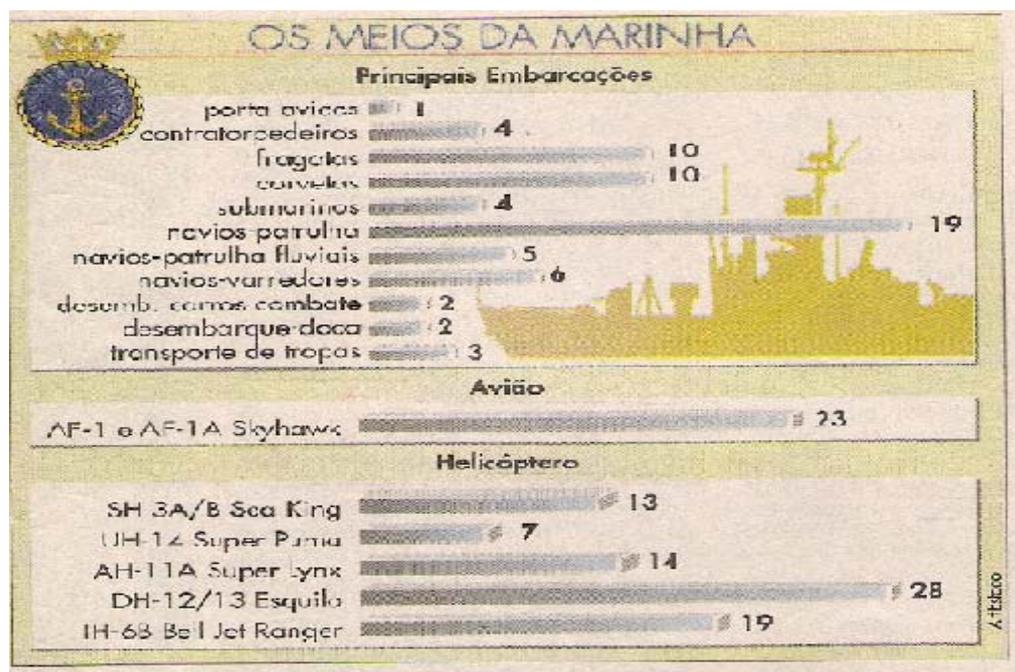
O SALARIO
(em reais)

	bruto*	líquido**
general-de-exército	6.330	3.782
coronel	4.632	2.979
tenente-coronel	4.299	2.766
maior	3.716	2.534
capitão	2.946	2.114
aspirante-a-oficial	1.915	1.622

*Salários iguais para papéis equivalentes das outras Armas
**Médico de folha de pagamento do Exército.
Obs.: Os abonos básicos são: imposto de renda, Fundo de Saúde (até 20%) e pensão militar (que vai de R\$ 7,57 a R\$ 75,25, de acordo com a patente).

Art. 14.º

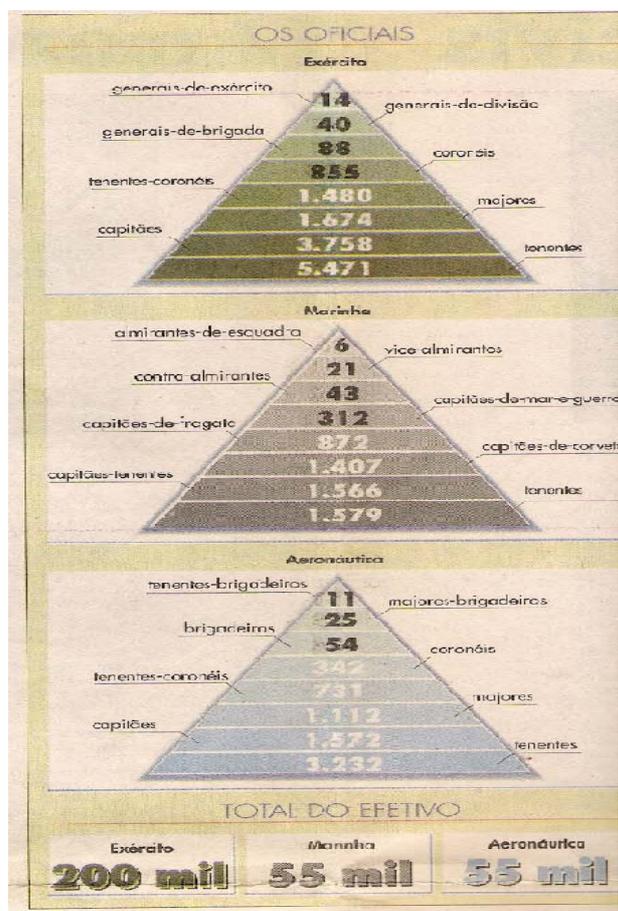
Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97.



Soldados participam de corrida de blindados: força para vencer

Fonte: Folha de S. Paulo, 25/5/96.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2/2/94.



Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97.

O FUTURO OFICIAL
 Perfil socioeconômico dos cadetes da Academia Militar das
 Agulhas Negras (Resende-RJ), do Exército

Salários mínimos	1997	1980
até 2	0,57%	11,2%
de 3 a 5	5,32%	13%
de 6 a 10	22,81%	45,5%
de 11 a 20	40,68%	20,9%
mais de 20	19,20%	2,7%
não declararam	11,42%	6,7%
	1967-66	1941-43
classe alta	6%	19,8%
classe média	78,2%	76,1%
classe baixa	9%	3,8%
desconhecido	6,7%	-

Pai militar

46,37% 1998	45,1% 1980
-----------------------	----------------------

Fontes: Exército e "Os Militares no Política", de Alfred Stepan.

Fonte: O Estado de S. Paulo, 14/3/97

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. (Coord.). **Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M. A. **Mídia e Política no Brasil – Jornalismo e Ficção**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964 - 1984**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Brasília: UnB, 1986.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru: Edusc, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BECKER, H. S. **Método de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BITTENCOURT, L. E. B. **Relacionamento da Instituição com a Imprensa**. Revista Marítima Brasileira, 2º T/2003.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

_____. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora UNB, 2ª ed., 1997.

CAPELATO, M. H. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. **Bravo Matutino – Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CASTRO, C. **O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar de Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Os Militares e a República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. **Os Militares e os Outros – Amazônia, defesa nacional e identidades sociais**. XXVII Encontro Nacional da ANPOCS. Minas Gerais, 2003.

CHÂTELET, F; DUHAMEL, O; PISIER- KOUCHNER, E. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CLAUSEWITZ, Nicolau. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

Concepção Estratégica do Exército (Sistema de Planejamento do Exército - 4 - Extrato). Brasília: Ministério do Exército (Estado Maior do Exército), s/d.

COSTELA, Antônio F. **O Controle da Informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.

DIAS, R. J. F. **As Forças Armadas e o Século XXI**. Rio de Janeiro: mimeo, 1997.

DIMENSTEIN, Gilberto. **As Armadilhas do Poder – Bastidores da Imprensa**. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

DÖRING, Luiz Sanctos. Separata. Biblioteca do Senado. s/d

DUARTE, Celina R. “**Imprensa e democratização no Brasil**”, In: *Dados*, 26(2): 181-195, 1983.

EID, Marco Antônio de Carvalho. *Entre o Poder e a Mídia*. São Paulo, M. Books, 2003.

FERNANDES, H. **Os Militares como Categoria Social**. São Paulo: Global Editorial, 1978.

FERREIRA, O. S. **Os 45 Cavaleiros Húngaros – uma leitura dos cadernos de Gramsci**. Brasília: Editora UnB, 1986.

_____. **Forças Armadas Para Quê?** São Paulo: GRD, 1988.

FONSECA, F. C. Pinto da. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1978): projeto político e estratégias de convencimento**. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1990.

FLORES, M. C. **Bases para uma Política Militar**. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.

FRANZINI, Fernando. **Relación Prensa-Fuerzas Armadas: varios enfoques para comprender una relación compleja**. In: *Research and Education in Defense and Security Studies*. Brasília, 2002.

FRIEDMAN, Thomas L. **O Lexus e a Oliveira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

FUCCILE, L. A. **As Forças Armadas e a Temática Interna no Brasil Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado (PPGCSO), CECH, UFSCar, São Carlos, 1999.

GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura: a revista Veja e a ditadura militar (1968-1985)**, Dissertação de Mestrado (PPGCSO), CECH , UFSCar, São Carlos 1998.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do Jornalismo Político a Indústria Cultural**. São Paulo, Summus, 1987.

_____, **Folhas ao Vento – análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GRAMAJO, Yuri. **Periodistas y Militares: Necesidades y desconfianzas mutuas**, In: **Research and Education in Defense and Security Studies**. Brasília, 2002.

HELD e McGREW, David e Anthony. **Prós e Contra da Globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**, in "Os Pensadores". São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

_____. **O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

IANNI, Otávio. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JORGE, Fernando. **Cale a boca jornalista.** São Paulo: Vozes, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise.** São Paulo: Brasil debates, 1982.

LAGÔA, Ana. **SNI, como nasceu, como funciona.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

LASKI, Harold J. **O liberalismo Europeu.** São Paulo: Editora Mestre Jou, 1980.

LAURELL, Asa Cristina (Org). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez Editora, 1997.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda X Wainer: o corvo e o bessarabiano.** São Paulo: Senac, 1998.

LEIRNER, P. C. **Meia-Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.** Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.

_____. **Profissão Militar, Estado e Democracia.** XXVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2003.

LEONEL, B. O. B. **Perspectivas para as Forças Armadas Brasileiras.** In: Brz Araújo (Coord.), *Estratégia no Novo Cenário Mundial: I Encontro Nacional de Estudos Estratégicos.* São Paulo: NAIPPE?USP, 1996.

LOVEJOY, J. K. **Aperfeiçoando as Relações com a Mídia**. *In: Military Review – Brazilian*, 1st. Quarter/2003.

Manual Básico – Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: ESG, 1993.

MAQUIAVEL, N. **A Arte da Guerra**. Brasília: Editora UnB, 1982.

_____. **O Príncipe**, *in* “Os Pensadores”. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Debate sobre a Função das Forças Armadas no Brasil Pós-Guerra Fria**. *In: Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – Universidade de São Paulo*, 2., São Paulo, 1995.

MARTINS FILHO, J. R. & ZIRKER, D. **The Brazilian Military and The New World Order**. *In: Journal os Political and Military Sociology*, 24 (Summer), 31-35, 1996.

_____. **The Brazilain Armed Forces After Cold War: overcoming the idenify crisis**. *In: LASA International Congress*. Chicago: mimeo, September, 1998.

MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

MILL, J. S. **Considerações sobre o Governo Representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, 1997.

MOLINA FLORES, Alberto. **Los Médios de Comunicación Social y las Fuerzas Armadas**. *In: REDES – Research and Education in Defense and Security Studies*. Brasília, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**. Brasília, Editora UnB, 2002.

OLIVEIRA, E. R. **De Geisel a Collor: Forças Armadas e transição democrática**. Campinas: Papyrus, 1994.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira – cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa um caminho para a liberdade**. Florianópolis: Lunardelli, 1980.

PERY COTTA, Calandra. **O sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PROENÇA JR, D. & DINIZ, E. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Editora UnB, 1998.

PROENÇA JR, D., DINIZ, E. & RAZA, S. G. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e política**. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), 2002.

_____. **A Mídia Brasileira e a Eleição Presidencial de 200 nos EUA: a cobertura do jornal *Folha de S. Paulo***. 2001.

REBELO, Aldo. **Forças Armadas e Soberania Nacional**. Biblioteca da Câmara: Brasília, 1997.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 43-105, 1992.

SCHULZ, J. **O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894**. São Paulo: Edusp, 1994.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações – Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SOARES, Gláucio et alli. **A Volta aos Quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. **História da Imprensa do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

STEPAN, Alfred. **Os Militares: da abertura a Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TEIXEIRA, M. A. **Fuerzas Armadas, Sociedad u Política de Defensa em Brasil**. In: *Seminário Hacia las Fuerzas Armadas Del año 2000*. Buenos Aires: mimeo, marzo, 1994.

TOCQUEVILLE, Aléxis. **A Democracia na América**, in “Os Pensadores”. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural, 1996.

VIEGAS DA SILVA, Carlos Eduardo de Melo. **A Transformação da Guerra na Passagem para o Século XXI: um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz**. Dissertação de Mestrado (PPGCSO), CECH, UFSCar, São Carlos, 2003.

VIEIRA, G. **A Missão Constitucional das Forças Armadas**. In: *A Defesa Nacional*, 760, 9-17, (abr/jun), 1993.

_____. **Orientação para Tratamento de Temas Sensíveis**. Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, 5ª Subchefia – Assuntos Especiais. Brasília, 1997.

WILLEY, Darry E. **A Conexão entre os Militares e a Mídia: para melhores e para pior.** In: *A Defesa Nacional*, 86 (756): 60-69 (jan/fev/mar/abr), 2000.

ZAVERUCHA, J. **Prerrogativas Militares: de Sarney a Cardoso.** Rio de Janeiro: Monitor Público, (12), 35-41, (jan-mai), 1997.